

Jornal Oficial

da União Europeia

L 136



Edição em língua
portuguesa

Legislação

57.º ano

9 de maio de 2014

Índice

I Atos legislativos

DECISÕES

- ★ **Decisão n.º 472/2014/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, sobre o Ano Europeu para o Desenvolvimento (2015)** 1

II Atos não legislativos

REGULAMENTOS

- ★ **Regulamento Delegado (UE) n.º 473/2014 da Comissão, de 17 de janeiro de 2014, que altera o Regulamento (UE) n.º 1315/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho complementando o seu anexo III com novos mapas indicativos ⁽¹⁾** 10
- ★ **Regulamento (UE) n.º 474/2014 da Comissão, de 8 de maio de 2014, que altera o anexo XVII do Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH), no que respeita ao 1,4-diclorobenzeno ⁽¹⁾** 19
- Regulamento de Execução (UE) n.º 475/2014 da Comissão, de 8 de maio de 2014, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas 23

DECISÕES

2014/258/PESC:

- ★ **Decisão EUBAM Líbia/3/2014 do Comité Político e de Segurança, de 30 de abril de 2014, que prorroga o mandato do Chefe da Missão da União Europeia de Assistência à Gestão Integrada das Fronteiras na Líbia (EUBAM Líbia)** 25

⁽¹⁾ Texto relevante para efeitos do EEE

PT

Os atos cujos títulos são impressos em tipo fino são atos de gestão corrente adotados no âmbito da política agrícola e que têm, em geral, um período de validade limitado.

Os atos cujos títulos são impressos em tipo negro e precedidos de um asterisco são todos os restantes.

2014/259/PESC:

- ★ **Decisão EUCAP Sael Níger/2/2014 do Comité Político e de Segurança, de 6 de maio de 2014, relativa à nomeação do Chefe da Missão PCSD da União Europeia no Níger (EUCAP Sael Níger)** 26

2014/260/UE:

- ★ **Decisão de Execução da Comissão, de 29 de abril de 2014, relativa ao apuramento das contas dos organismos pagadores dos Estados-Membros, referentes às despesas financiadas pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) no exercício financeiro de 2013 [notificada com o número C(2014) 2792]** 27

2014/261/UE:

- ★ **Decisão de Execução da Comissão, de 5 de maio de 2014, relativa à criação da Infraestrutura de Investigação Euro-Argo sob a forma de um Consórcio para uma Infraestrutura Europeia de Investigação (ERIC Euro-Argo)** 35

2014/262/UE:

- ★ **Decisão de Execução da Comissão, de 7 maio de 2014, que determina a data de início do funcionamento do Sistema de Informação sobre Vistos (VIS) nas décima segunda, décima terceira, décima quarta e décima quinta regiões** 51

I

(Atos legislativos)

DECISÕES

DECISÃO N.º 472/2014/UE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO**de 16 de abril de 2014****sobre o Ano Europeu para o Desenvolvimento (2015)**

O PARLAMENTO EUROPEU E O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 209.º e o artigo 210.º, n.º 2,

Tendo em conta a proposta da Comissão Europeia,

Após transmissão do projeto de ato legislativo aos Parlamentos nacionais,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social Europeu de 10 de dezembro de 2013 ⁽¹⁾,

Deliberando de acordo com o processo legislativo ordinário ⁽²⁾,

Considerando o seguinte:

- (1) O principal objetivo da política de cooperação para o desenvolvimento consiste na redução e, a longo prazo, na erradicação da pobreza, tal como consagrado no artigo 21.º do Tratado da União Europeia (TUE) e no artigo 208.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. O combate à pobreza à escala mundial contribui para a construção de um mundo mais estável, pacífico, próspero e justo, que reflita a interdependência entre os países mais ricos e os mais pobres.
- (2) Tal como declarado na resolução do Parlamento Europeu, de 23 de outubro de 2012, intitulada «Uma agenda para a mudança: o futuro da política de desenvolvimento da UE», a cooperação para o desenvolvimento consiste igualmente em promover o desenvolvimento humano e a realização do ser humano em todas as suas dimensões, incluindo a dimensão cultural.
- (3) A União tem vindo a proporcionar apoio à cooperação para o desenvolvimento desde 1957 e constitui agora, o principal doador mundial de ajuda pública ao desenvolvimento.
- (4) O Tratado de Lisboa ancorou firmemente a política de desenvolvimento na ação externa da União, apoiando assim o interesse da União num mundo estável e próspero. A política de desenvolvimento procura igualmente fazer face a outros desafios globais e contribui para a realização da Estratégia Europa 2020 estabelecida na Comunicação da Comissão de 3 de março de 2010 intitulada «Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo».
- (5) A União tem liderado a formulação e aplicação do conceito de coerência das políticas numa perspetiva de desenvolvimento, que tem por objetivo reforçar as sinergias entre os objetivos de desenvolvimento e as demais políticas, a fim de assegurar que as políticas da União apoiam as necessidades de desenvolvimento dos países em desenvolvimento, ou que, pelo menos, não contradizem o objetivo de erradicação da pobreza.

⁽¹⁾ Ainda não publicado no Jornal Oficial.

⁽²⁾ Posição do Parlamento Europeu de 2 de abril de 2014 (ainda não publicada no Jornal Oficial) e decisão do Conselho de 14 de abril de 2014.

- (6) No ano de 2000, a comunidade internacional decidiu tomar medidas concretas até 2015 para lutar contra a pobreza, mediante a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), os quais foram aceites pela União e pelos Estados-Membros.
- (7) A declaração conjunta do Conselho, dos representantes dos governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho, do Parlamento Europeu e da Comissão sobre a política da União em matéria de desenvolvimento: «O Consenso Europeu» ⁽¹⁾, que continua a ser a base mais completa da cooperação para o desenvolvimento da União, exorta a União a contribuir para fortalecer o papel dos novos Estados-Membros como novos doadores.
- (8) Nos últimos anos, o mundo conheceu grandes alterações, designadamente no equilíbrio económico e político mundial. Surgiram novos intervenientes, incluindo atores privados e não-governamentais, na cena mundial. Se é um facto que os países desenvolvidos e as economias emergentes contribuem para a maior parte do produto interno bruto mundial, estas últimas converteram-se nos principais motores do crescimento mundial e têm já um impacto significativo na economia internacional.
- (9) Num mundo em rápida mutação, a prossecução do apoio à cooperação para o desenvolvimento é fundamental. Cerca de 1 300 milhões de pessoas vivem ainda em condições de pobreza extrema e ainda não foram supridas as necessidades em termos de desenvolvimento humano de muitas mais. As desigualdades dentro dos países aumentaram na maioria das regiões do mundo. O ambiente natural está submetido a uma pressão crescente, sendo os países em desenvolvimento atingidos de forma particularmente grave pelos efeitos das alterações climáticas. Esses desafios são universais e estão interrelacionados e devem ser abordados por todos os países no âmbito de uma ação conjunta.
- (10) Os debates sobre o quadro pós-2015 iniciaram-se: com base na Comunicação da Comissão de 13 de outubro de 2011, intitulada «Aumentar o impacto da política de desenvolvimento da UE: uma Agenda para a Mudança» e nas Conclusões do Conselho de 14 de maio de 2012 sobre a Agenda para a Mudança, que já resultaram numa reorientação significativa das políticas de desenvolvimento da União, a Comissão apresentou a sua opinião na sua Comunicação de 27 de fevereiro de 2013, intitulada «Uma vida digna para todos: Erradicar a pobreza e dar ao mundo um futuro sustentável» e, nas suas conclusões de 25 de junho de 2013, o Conselho aprovou «A Agenda Geral pós-2015», que visa ultrapassar as insuficiências do atual quadro de desenvolvimento e definir uma abordagem comum que permita reunir num quadro abrangente a nível internacional as questões relacionadas com a erradicação da pobreza e a sustentabilidade.
- (11) O ano de 2015 será um ano emblemático e crucial uma vez que é o último ano para alcançar os ODM coletivamente aprovados, proporcionando assim uma oportunidade única para fazer o balanço dos compromissos internacionais. Será igualmente o ano em que devem ser tomadas importantes decisões a nível internacional sobre o quadro de desenvolvimento que vai substituir o quadro dos ODM nas próximas décadas.
- (12) O ano de 2015 é o ano adequado para apresentar os resultados da política da União em matéria de desenvolvimento, na esteira da aplicação dos princípios definidos na comunicação da Comissão sobre uma Agenda para a Mudança.
- (13) O ano de 2015 será também o ano em que terão lugar eventos internacionais importantes nos Estados-Membros, nomeadamente a Exposição Universal «Alimentar o Planeta: Energia para a Vida», em Milão. Este evento constituirá uma oportunidade especial para debater políticas de desenvolvimento a nível mundial e realizar atividades de sensibilização do grande público para o desenvolvimento sustentável e questões conexas.
- (14) Na sua Resolução sobre uma Agenda para a Mudança, o Parlamento Europeu convidou a Comissão a consagrar 2015 como o Ano Europeu para o Desenvolvimento, tendo manifestado a sua esperança que esse facto contribua para aumentar a visibilidade da cooperação para o desenvolvimento.
- (15) O ano de 2015 deverá assim ser designado como o «Ano Europeu para o Desenvolvimento» («o Ano Europeu») a fim de proporcionar uma oportunidade para aumentar a sensibilização do público em geral para a atual orientação da política de desenvolvimento da União. É necessária informação sobre a forma como a União, atenta ao que se passa fora das suas fronteiras, pode contribuir para garantir sustentabilidade a nível mundial. Isto inclui aumentar a sensibilização para a questão da interdependência global e esclarecer que o desenvolvimento é mais do que a mera ajuda.

⁽¹⁾ JO C 46 de 24.2.2006, p. 1.

- (16) Para que a ação da União em matéria de desenvolvimento seja coroada de sucesso é fundamental que tenha um vasto apoio político e popular e que seja capaz de demonstrar uma utilização eficaz e eficiente de fundos públicos orientada para resultados de desenvolvimento. O Ano Europeu deverá por isso funcionar como um catalisador para sensibilizar, nomeadamente através do debate político público e da educação para o desenvolvimento, mobilizar e permitir o intercâmbio das melhores práticas entre os Estados-Membros, as autoridades locais e regionais, a sociedade civil, o setor privado, os parceiros sociais e as entidades e organizações internacionais implicadas nas questões do desenvolvimento. Deverá ajudar a centrar a atenção política e mobilizar todos os interessados a fim de avançar e promover novas ações e iniciativas ao nível da União e dos Estados-Membros, em colaboração com os beneficiários da ajuda ao desenvolvimento e respetivos representantes.
- (17) O Ano Europeu deverá servir para sensibilizar para todas as formas de discriminação de género que enfrentam as mulheres e raparigas em diversas regiões, especialmente no acesso à educação, ao emprego e aos sistemas de saúde, bem como para o casamento forçado, a exploração sexual, a mutilação genital e outras práticas condenáveis.
- (18) O inquérito do Eurobarómetro especial n.º 392, intitulado «Solidariedade para com o mundo inteiro — Os cidadãos europeus e o desenvolvimento», publicado em outubro de 2012, revelou que 85 % dos cidadãos da UE eram favoráveis à concessão de ajuda às populações em países parceiros. Conforme consta deste relatório, apesar da atual situação económica, mais de seis em cada dez europeus consideram que se deverá aumentar a ajuda aos países parceiros. Simultaneamente, esse relatório mostrou claramente que há falta de informação sobre a cooperação para o desenvolvimento da União, o que requer uma melhor comunicação.
- (19) A coordenação eficiente entre todos os parceiros que contribuem aos níveis da União, nacional, regional e local constitui uma condição prévia fundamental para assegurar o êxito do Ano Europeu. Os parceiros locais e regionais têm, neste caso, um papel especial a desempenhar na promoção da política de desenvolvimento da União.
- (20) Os diferentes contextos e sensibilidades nacionais socioeconómicos e culturais requerem uma descentralização para o nível nacional de parte das atividades do Ano Europeu, nos termos do artigo 58.º do Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽¹⁾. Contudo, a definição de prioridades a nível nacional deverá ser coordenada em conjunto com a Comissão com vista a assegurar a coerência com os objetivos estratégicos do Ano Europeu. É da maior importância a estreita coordenação entre as atividades da Comissão e as dos Estados-Membros para criar sinergias e garantir o êxito do Ano Europeu.
- (21) Além dos Estados-Membros, a participação nas atividades a financiar no âmbito do Ano Europeu deverá estar aberta aos países candidatos que beneficiam de uma estratégia de pré-adesão, em conformidade com os princípios gerais e as modalidades e condições gerais aplicáveis à participação desses países em programas da União estabelecidos nos respetivos acordos-quadro e em decisões do Conselho de Associação. Deverá ser incentivada a coordenação com as medidas nacionais, em especial com os programas nacionais de educação e sensibilização para o desenvolvimento (DEAR). Caberá a cada Estado-Membro determinar o nível e a forma da sua participação no Ano Europeu.
- (22) Importa garantir a coerência e a complementaridade com outra legislação e outras ações da União, em especial com o Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento criado pelo Regulamento (UE) n.º 233/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽²⁾, incluindo o programa DEAR, o Fundo Europeu de Desenvolvimento, o Instrumento Europeu de Vizinhança criado pelo Regulamento (UE) n.º 232/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽³⁾ (IEV) e outros instrumentos da União de financiamento da ação externa sempre que tal seja relevante para a política de desenvolvimento.
- (23) Os interesses financeiros da Comissão deverão ser protegidos mediante medidas proporcionadas ao longo do ciclo da despesa, incluindo a prevenção, deteção e investigação de irregularidades, a recuperação de fundos perdidos, pagos indevidamente ou usados incorretamente e, quando adequado, sanções administrativas e financeiras, nos termos do Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012.
- (24) A fim de otimizar a eficácia e a eficiência das atividades previstas para o Ano Europeu é importante realizar um conjunto de atividades preparatórias em 2014.

⁽¹⁾ Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União e que revoga o Regulamento (CE, Euratom) n.º 1605/2002 (JO L 298 de 26.10.2012, p. 1).

⁽²⁾ Regulamento (UE) n.º 233/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2014, que cria um instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento para o período 2014-2020 (JO L 77 de 15.3.2014, p. 44).

⁽³⁾ Regulamento (UE) n.º 232/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2014, que cria um instrumento europeu de vizinhança (JO L 77 de 15.3.2014, p. 27).

- (25) A Comissão já tomou diversas medidas para promover as políticas de desenvolvimento e informar os cidadãos da União sobre a sua política de cooperação para o desenvolvimento. As medidas existentes deverão ser utilizadas, sempre que possível, em proveito e no quadro do Ano Europeu.
- (26) A principal responsabilidade pela sensibilização dos cidadãos para as questões do desenvolvimento incumbe aos Estados-Membros. A ação ao nível da União vem adicionar-se às ações adotadas a nível nacional, regional e local neste contexto e completá-las, tal como salientado na Declaração política, assinada em 22 de outubro de 2008 pelo Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão, intitulada «Parceria para a comunicação sobre a Europa».
- (27) Atendendo a que os objetivos da presente decisão não podem ser suficientemente alcançados pelos Estados-Membros devido à necessidade de parcerias multilaterais, de um intercâmbio transnacional de informações e de uma sensibilização e divulgação de boas práticas ao nível da União, mas podem, devido à dimensão do Ano Europeu, ser mais bem alcançados ao nível da União, a União pode adotar medidas, em conformidade com o princípio de subsidiariedade consagrado no artigo 5.º do TUE. Em conformidade com o princípio da proporcionalidade consagrado no mesmo artigo, a presente decisão não excede o necessário para alcançar esses objetivos,

ADOTARAM A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

Objeto

O ano de 2015 é proclamado o «Ano Europeu para o Desenvolvimento» («o Ano Europeu»).

O lema do Ano Europeu é «O nosso mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro».

Artigo 2.º

Objetivos

Os objetivos do Ano Europeu são os seguintes:

- a) Informar os cidadãos da União sobre a cooperação para o desenvolvimento da União e dos respetivos Estados-Membros, realçando os resultados que a União, juntamente com os Estados-Membros, já alcançou e que continuará a procurar alcançar como ator a nível mundial, em consonância com os mais recentes debates sobre o quadro geral pós-2015;
- b) Fomentar a participação direta, o pensamento crítico e o interesse ativo dos cidadãos da União e dos interessados na cooperação para o desenvolvimento, inclusive na formulação e execução das respetivas políticas; e
- c) Sensibilizar para os benefícios decorrentes da política de cooperação para o desenvolvimento da União não apenas para os beneficiários da ajuda ao desenvolvimento da União mas também para os cidadãos da União, alcançar uma mais ampla compreensão da coerência das políticas numa perspectiva de desenvolvimento, e promover junto dos cidadãos da Europa e dos países em desenvolvimento um sentimento comum de responsabilidade, solidariedade e oportunidade, num mundo em mutação e cada vez mais interdependente.

Artigo 3.º

Medidas

1. As medidas tomadas para alcançar os objetivos do Ano Europeu, que podem ser organizadas aos níveis da União, nacional, regional ou local, tal como estabelecido no anexo, e nos países parceiros, nos termos do artigo 6.º, n.º 5, incluem as seguintes:
 - a) Campanhas de comunicação para disseminar mensagens fundamentais destinadas ao público em geral e a audiências mais específicas, nomeadamente aos jovens e a outros grupos alvo, inclusive através dos *media* sociais;
 - b) Organização de conferências, eventos e iniciativas com todas as partes interessadas para incentivar a participação ativa e o debate e sensibilizar a todos os níveis;

- c) Medidas concretas nos Estados-Membros destinadas a promover os objetivos do Ano Europeu, em especial através da educação para o desenvolvimento, do intercâmbio de informações e da partilha de experiência e boas práticas entre as administrações nacionais, regionais e locais e outras organizações; e
 - d) Realização de estudos e inquéritos, e divulgação dos respetivos resultados.
2. A Comissão pode identificar outras medidas que contribuam para os objetivos do Ano Europeu e permitir referências ao Ano Europeu e ao respetivo lema na promoção dessas medidas, desde que contribuam para alcançar os referidos objetivos.

Artigo 4.º

Coordenação com os Estados-Membros

1. A Comissão convida cada Estado-Membro a nomear um coordenador nacional como responsável pela organização da participação desse Estado-Membro no Ano Europeu. Os Estados-Membros informam a Comissão de tal nomeação.
2. Os coordenadores nacionais devem, em estreita coordenação com a Comissão, consultar e cooperar com uma vasta gama de partes interessadas, incluindo a sociedade civil e o setor privado, os parlamentos nacionais, os parceiros sociais e, quando for o caso, as agências nacionais, o Estado Federal ou o nível de governação infranacional, incluindo as autoridades regionais e locais, e se for caso disso, os países e territórios ultramarinos associados (PTU), e os pontos de contacto para os programas relevantes da União.
3. A Comissão convida os Estados-Membros a enviarem-lhe, até 1 de setembro de 2014, os seus programas de trabalho, que apresentem em detalhe as atividades nacionais planeadas para o Ano Europeu, de acordo com os objetivos do Ano Europeu, e pormenores das medidas indicadas no anexo.
4. Antes de aprovar os programas de trabalho, a Comissão verifica se essas atividades cumprem, de acordo com o Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 e o Regulamento Delegado (UE) n.º 1268/2012 da Comissão ⁽¹⁾, os objetivos do Ano Europeu.

Artigo 5.º

Participação

A participação nas atividades do Ano Europeu a financiar pelo orçamento da União é aberta aos Estados-Membros, e aos países candidatos que beneficiam de uma estratégia de pré-adesão, em conformidade com os princípios gerais e as condições gerais aplicáveis à participação destes países em programas da União estabelecidos nos respetivos acordos-quadro e em decisões do Conselho de Associação.

Artigo 6.º

Coordenação ao nível da União e execução

1. A Comissão executa a presente decisão ao nível da União, em especial mediante a adoção das decisões de financiamento necessárias nos termos dos regulamentos que estabelecem os instrumentos para financiamento da ação externa relevantes para as ações em questão, a saber, o Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos, criado pelo Regulamento (UE) n.º 235/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽²⁾, o Instrumento Europeu de Vizinhança, o Instrumento para a Estabilidade e a Paz, criado pelo Regulamento (UE) n.º 230/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽³⁾, o Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA II), criado pelo Regulamento (UE) n.º 231/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽⁴⁾, e o Instrumento de Parceria para a cooperação com países terceiros, criado pelo Regulamento (UE) n.º 234/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽⁵⁾ (a seguir referidos conjuntamente como «instrumentos» e a título individual como «instrumento»).

⁽¹⁾ Regulamento Delegado (UE) n.º 1268/2012 da Comissão, de 29 de outubro de 2012, sobre as normas de execução do Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União (JO L 362 de 31.12.2012, p. 1).

⁽²⁾ Regulamento (UE) n.º 235/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2014, que cria um instrumento financeiro para a democracia e os direitos humanos a nível mundial (JO L 77 de 15.3.2014, p. 85).

⁽³⁾ Regulamento (UE) n.º 230/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2014 que cria um instrumento para a estabilidade e a paz (JO L 77 de 15.3.2014, p. 1).

⁽⁴⁾ Regulamento (UE) n.º 231/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2014, que cria um instrumento de assistência de pré-adesão (IPA II) (JO L 77 de 15.3.2014, p. 11).

⁽⁵⁾ Regulamento (UE) n.º 234/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2014, que cria um instrumento de parceria para a cooperação com países terceiros (JO L 77 de 15.3.2014, p. 77).

2. A Comissão, juntamente com o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), coopera estreitamente com o Parlamento Europeu, o Conselho e os Estados-Membros, o Comité Económico e Social Europeu, o Comité das Regiões e os organismos e associações ativos no domínio do desenvolvimento ao nível da União.
3. A Comissão organiza reuniões com os coordenadores nacionais para coordenar a execução do Ano Europeu e trocar informações sobre a sua execução ao nível da União e dos Estados-Membros. A Comissão pode convidar para as suas reuniões, na qualidade de observadores, representantes da sociedade civil e das autoridades regionais e locais, assim como deputados do Parlamento Europeu.
4. A Comissão organiza reuniões com todas as partes interessadas relevantes que participam na cooperação para o desenvolvimento da União para lhe prestarem assistência na execução do Ano Europeu ao nível da União. Os coordenadores nacionais são convidados para essas reuniões.
5. A Comissão atribui prioridade ao Ano Europeu nas atividades de comunicação das suas representações nos Estados-Membros e das delegações da UE nos países parceiros. Com vista à sua participação nas atividades relativas ao Ano Europeu quer estas tenham lugar na União quer em países terceiros, os parceiros de desenvolvimento em países terceiros são apoiados pelas delegações da União ao passo que os PTU são apoiados através dos canais institucionais apropriados.
6. O SEAE e as delegações da União fazem do Ano Europeu parte integrante das suas atividades correntes de informação e comunicação.

Artigo 7.º

Coerência e complementaridade

Nos termos dos regulamentos que estabelecem os instrumentos de financiamento para ação externa relevantes para a ação em questão, a Comissão assegura que as medidas previstas na presente decisão são coerentes com outras medidas da União, nacionais e regionais que contribuam para alcançar os objetivos do Ano Europeu, e que complementam plenamente as medidas da União, nacionais e regionais.

Artigo 8.º

Disposições específicas de apoio financeiro e não financeiro

1. As medidas à escala da União referidas na parte A do anexo implicam um procedimento de adjudicação de contrato público ou a atribuição de subvenções financiados pela União, nos termos dos títulos V e VI do Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012.
2. As medidas à escala da União referidas na parte B do anexo podem ser cofinanciadas a pela União.
3. A Comissão pode conceder cofinanciamento a cada coordenador nacional, pelo procedimento descrito na Parte C do anexo.
4. Se adequado e sem prejuízo dos seus objetivos e orçamento, os programas existentes que contribuem para a promoção do desenvolvimento podem apoiar a realização do Ano Europeu. Além disso, os esforços excecionais dos Estados-Membros para gerir eventos ou grupos de trabalho internacionais relacionados com o desenvolvimento podem também ser tidos em conta nos programas de trabalho nacionais.
5. A Comissão pode conceder apoio não financeiro a atividades realizadas por organizações públicas e privadas e que sejam conformes com o artigo 3.º, n.º 2.
6. Para serem consideradas elegíveis para financiamento ao abrigo da presente decisão, as medidas devem corresponder a uma utilização eficaz da despesa pública, proporcionar valor acrescentado e ser orientadas para os resultados.

*Artigo 9.º***Proteção dos interesses financeiros da União**

1. A Comissão toma as medidas necessárias para assegurar que, no quadro da execução das ações financiadas ao abrigo da presente decisão, os interesses financeiros da União sejam protegidos mediante a aplicação de medidas preventivas contra a fraude, a corrupção e outras atividades ilegais, por verificações e inspeções eficazes e, se forem detetadas irregularidades, pela recuperação dos montantes pagos indevidamente e, se for caso disso, pela aplicação de sanções efetivas, proporcionadas e dissuasivas.
2. A Comissão, ou os seus representantes, e o Tribunal de Contas dispõem de poderes para auditar, com base em documentos e em inspeções e verificações no local, todos os beneficiários de subvenções, contratantes e subcontratantes que tenham recebido fundos da União ao abrigo da presente decisão.
3. O Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) pode realizar inquéritos, incluindo inspeções e verificações no local, em conformidade com as disposições e procedimentos estabelecidos no Regulamento (Euratom, CE) n.º 2185/96 do Conselho ⁽¹⁾ e no Regulamento (UE, Euratom) n.º 883/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽²⁾, a fim de apurar a existência de fraude, corrupção ou outras atividades ilícitas que afetem os interesses financeiros da União, no âmbito de uma convenção de subvenção ou de uma decisão de subvenção ou de um contrato financiados ao abrigo da presente decisão.

*Artigo 10.º***Apresentação de relatórios e avaliação**

Até 31 de dezembro de 2016, a Comissão apresenta ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões um relatório sobre a execução, os resultados e a avaliação global das medidas previstas na presente decisão, a fim de considerar um acompanhamento adequado.

*Artigo 11.º***Entrada em vigor**

A presente decisão entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Feito em Estrasburgo, em 16 de abril de 2014.

Pelo Parlamento Europeu

O Presidente

M.SCHULZ

Pelo Conselho

O Presidente

D. KOURKOULAS

⁽¹⁾ Regulamento (Euratom, CE) n.º 2185/96 do Conselho, de 11 de novembro de 1996, relativo às inspeções e verificações no local efetuadas pela Comissão para proteger os interesses financeiros das Comunidades Europeias contra a fraude e outras irregularidades (JO L 292 de 15.11.1996, p. 2).

⁽²⁾ Regulamento (UE, Euratom) n.º 883/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de setembro de 2013, relativo aos inquéritos efetuados pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1073/1999 do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento (Euratom) n.º 1074/1999 do Conselho (JO L 248 de 18.9.2013, p. 1).

ANEXO

ELEMENTOS DAS MEDIDAS REFERIDAS NO ARTIGO 3.º

A execução do Ano Europeu incide numa vasta campanha de informação e de comunicação ao nível da União, complementada com medidas levadas a cabo pelos Estados-Membros. As ações realizadas na União e a nível nacional podem igualmente incluir a sociedade civil, as organizações juvenis, os parceiros sociais, o setor privado, os parlamentos nacionais e, se for caso disso, as agências nacionais, o Estado Federal ou o nível de governação infranacional, incluindo as autoridades regionais e locais e outras partes interessadas, contribuindo assim para a criação de um sentimento de apropriação por parte dos principais intervenientes.

A União concede apoio financeiro, bem como a autorização para utilização do logótipo criado pela Comissão e outros materiais associados ao Ano Europeu, a medidas desenvolvidas por organizações públicas ou privadas, caso essas organizações possam garantir à Comissão que as medidas em questão são desenvolvidas durante 2015 e que podem contribuir significativamente para a realização dos objetivos do Ano Europeu.

A. MEDIDAS DIRETAS DA UNIÃO

O financiamento assume, em geral, a forma da aquisição direta de bens e serviços ao abrigo dos contratos-quadro existentes. Pode igualmente assumir a forma de subvenções e cobrir até 80 % dos custos finais das atividades. As medidas podem abranger:

- a) Campanhas de informação e de promoção, incluindo:
 - i) a produção e divulgação de material audiovisual e de material impresso que reflita os objetivos do Ano Europeu,
 - ii) a realização de eventos de elevada visibilidade para aumentar a sensibilização para os objetivos do Ano Europeu e de fóruns para o intercâmbio de experiências e boas práticas,
 - iii) medidas para divulgar os resultados e realçar a visibilidade dos programas da União assim como medidas que contribuem para os objetivos do Ano Europeu,
 - iv) a criação de um sítio web interativo de informação no portal Europa (http://europa.eu/index_en.htm) dedicado às ações realizadas no âmbito do Ano Europeu e a utilização adequada dos media sociais,
 - v) um prémio para conceitos e campanhas de informação inovadores e bem-sucedidos que contribuam, ou tenham contribuído, para sensibilizar a opinião pública e fomentar a reflexão sobre questões de desenvolvimento, de forma pouco habitual ou original, em especial os concebidos para públicos-alvo que, previamente, pouca ou nenhuma exposição tenham tido a questões de desenvolvimento global;
- b) Outras iniciativas:
 - i) prestação de serviços linguísticos (tradução, interpretação, informação multilingue),
 - ii) inquéritos e auditorias de acompanhamento ao nível da União para avaliação e informação sobre a preparação, a eficácia e o impacto do Ano Europeu.

B. COFINANCIAMENTO DAS MEDIDAS DA UNIÃO

Os eventos de elevada visibilidade organizados à escala da União, eventualmente em colaboração com os Estados-Membros que assumem a Presidência do Conselho em 2015, que tenham como objetivo sensibilizar os cidadãos para os objetivos do Ano Europeu, podem beneficiar de uma subvenção comunitária até 80 % do custo total das atividades.

C. COFINANCIAMENTO DAS MEDIDAS DOS ESTADOS-MEMBROS

Cada coordenador nacional pode apresentar um pedido de cofinanciamento da União para as medidas de um programa de trabalho para promover o Ano Europeu. O programa de trabalho descreve as atividades específicas a financiar. Neste âmbito, os Estados-Membros podem definir as suas próprias prioridades e iniciativas em consonância com o artigo 2.º e incluir os PTU, se for caso disso.

O pedido de cofinanciamento deve ser acompanhado de um orçamento pormenorizado que indique os custos totais das medidas ou dos programas de trabalho propostos, bem como o montante e as fontes de cofinanciamento possíveis. A contribuição da União pode cobrir até 80 % dos custos finais das atividades. A Comissão fixa os montantes indicativos a disponibilizar para cofinanciamento a cada coordenador nacional e o prazo para apresentação dos pedidos de financiamento, com base em critérios que tenham em conta a população e o custo de vida do Estado-Membro em causa. Um montante fixo por Estado-Membro garante um nível mínimo de atividades.

Ao determinar esse montante fixo, a Comissão tem também em conta a experiência relativamente curta dos Estados-Membros que aderiram à União após 1 de janeiro de 2004 em matéria de cooperação para o desenvolvimento. A Comissão tem igualmente em consideração as medidas apresentadas conjuntamente ou partilhadas por vários Estados-Membros.

A Comissão assegura que o procedimento de aprovação seja transparente, oportuno e eficiente e baseado nos princípios da igualdade de tratamento e da boa gestão financeira.

II

(Atos não legislativos)

REGULAMENTOS

REGULAMENTO DELEGADO (UE) N.º 473/2014 DA COMISSÃO

de 17 de janeiro de 2014

que altera o Regulamento (UE) n.º 1315/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho complementando o seu anexo III com novos mapas indicativos

(Texto relevante para efeitos do EEE)

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo com conta o Regulamento (UE) n.º 1315/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013, relativo às orientações da União para o desenvolvimento da rede transeuropeia de transportes e que revoga a Decisão n.º 661/2010/UE ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 49.º, n.º 6,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (UE) n.º 1315/2013 prevê a possibilidade de se aditarem mapas indicativos da rede transeuropeia de transportes relativos a países vizinhos específicos com base em acordos de alto nível sobre redes de infraestruturas de transportes entre a União e os países vizinhos em causa.
- (2) No quadro da Parceria da Dimensão Setentrional no domínio dos Transportes e da Logística (NDPTL), foi estabelecido, em 21 de novembro de 2012, um acordo de alto nível entre a União, a Rússia e a Bielorrússia. No quadro da Parceria Oriental, foi estabelecido, em 9 de outubro de 2013, um acordo de alto nível entre a União e a Bielorrússia, a Ucrânia, a Moldávia, a Geórgia, a Arménia e o Azerbaijão.
- (3) O aditamento de mapas indicativos das redes de transportes, ligados às redes definidas no Regulamento (UE) n.º 1315/2013, permitirá orientar melhor a cooperação da União com os países terceiros em causa.
- (4) Os acordos de alto nível com os países vizinhos dizem respeito às linhas das redes rodoviárias e ferroviárias, bem como aos portos, aeroportos e terminais rodoferroviários. O estado das vias férreas e estradas em termos de conclusão da infraestrutura não fez parte dos acordos. Por conseguinte, as vias férreas e estradas foram apresentadas no contexto dos acordos de alto nível como «executadas».

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

O anexo III do Regulamento (UE) n.º 1315/2013 é alterado em conformidade com o anexo do presente regulamento delegado.

⁽¹⁾ JO L 348 de 20.12.2013, p. 1.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 17 de janeiro de 2014.

Pela Comissão

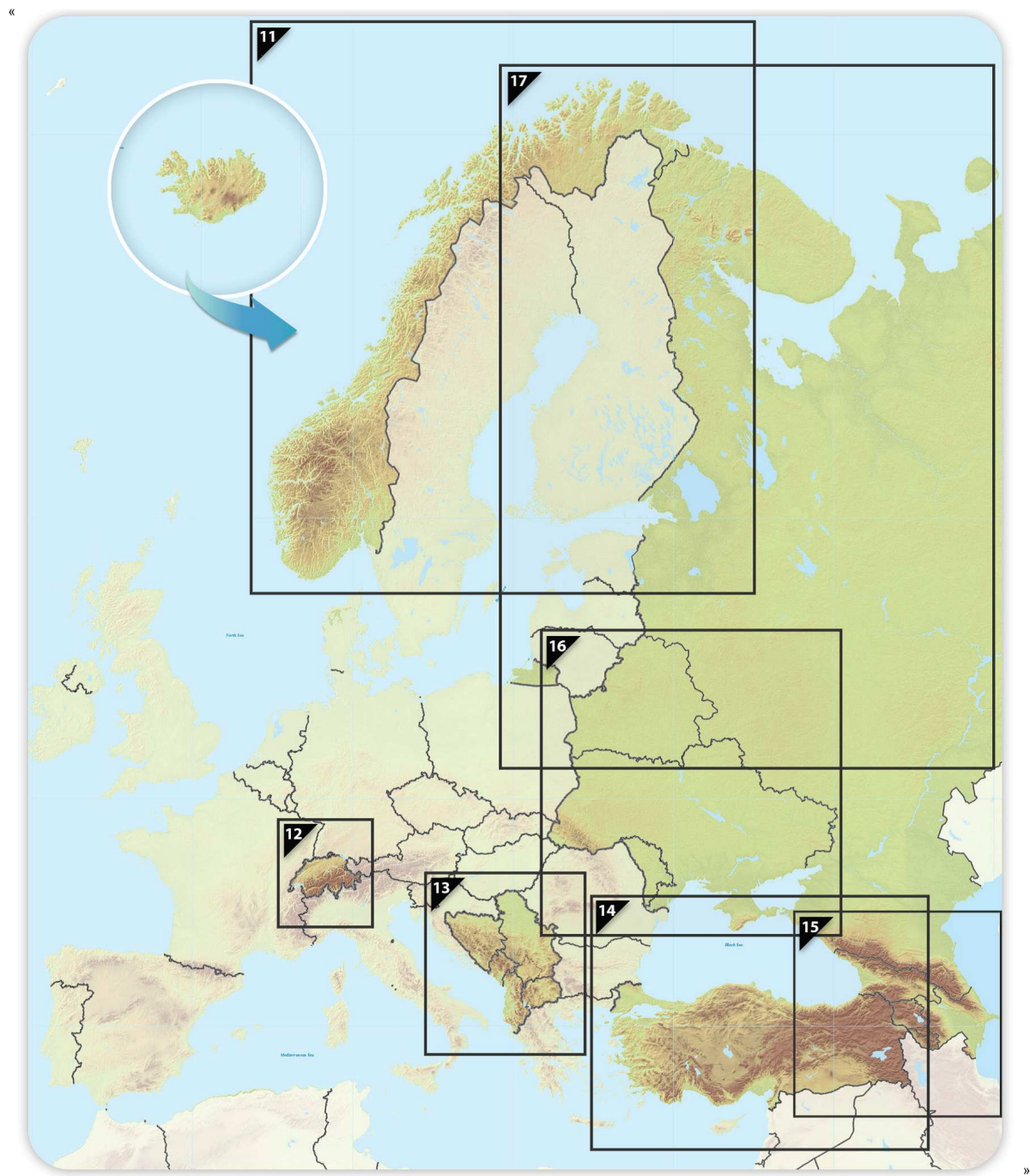
O Presidente

José Manuel BARROSO

ANEXO

O anexo III do Regulamento (UE) n.º 1315/2013 é alterado do seguinte modo:

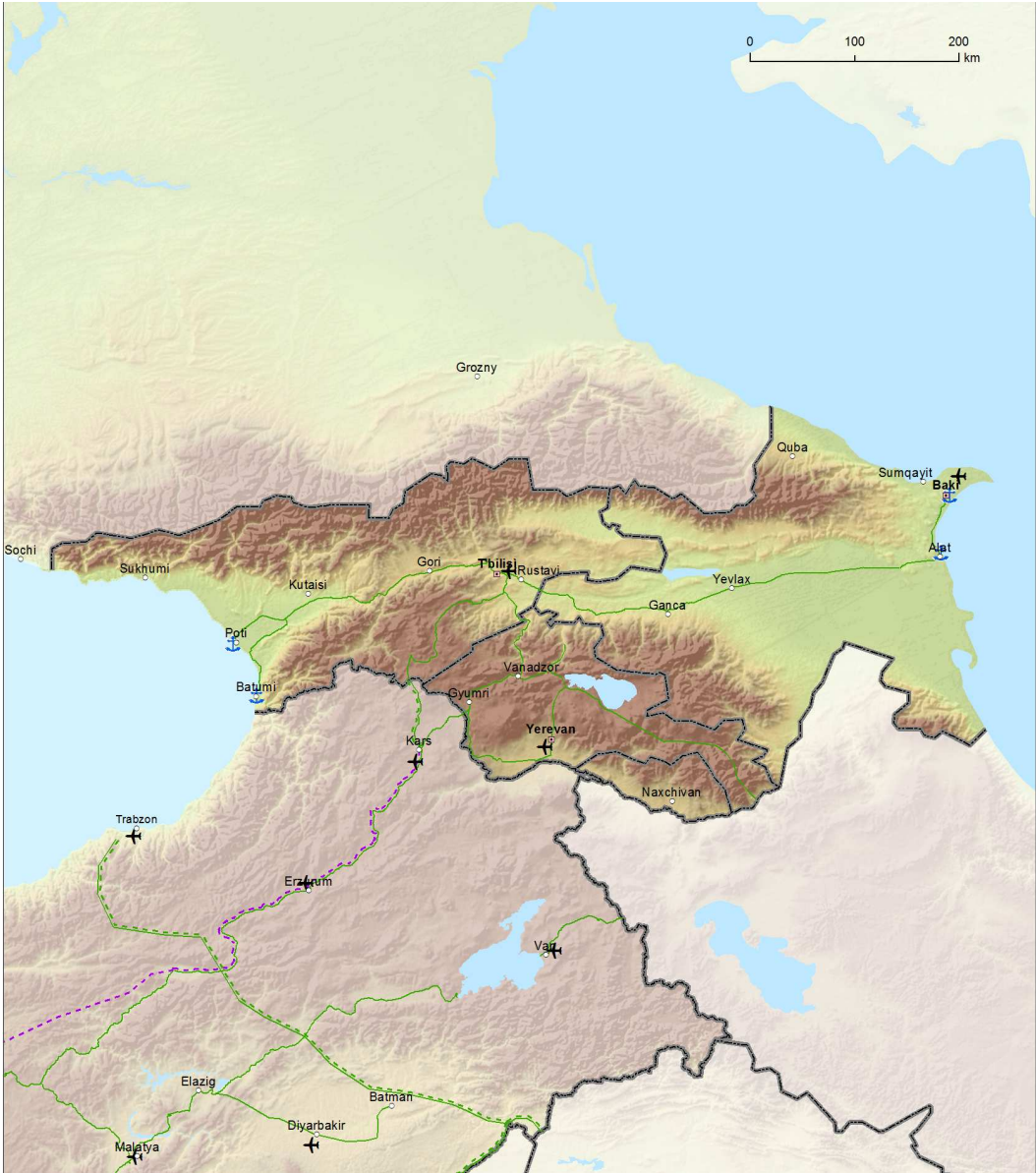
- 1) O mapa que surge sob o título «Tabela de Pesquisa de Mapas para os Países Vizinhos» é substituído pelo seguinte:



2) São acrescentados os seguintes mapas 15.1 a 17.2:



15.1. Extensão indicativa aos países vizinhos
Rede global: Vias ferroviárias, portos, terminais rodoferroviários e aeroportos
Rede de transportes da Parceria Oriental: Arménia, Azerbaijão, Geórgia



| Global | Principal | | Global | Principal | | Global | Principal | |
|--------|-----------|--|--------|-----------|--|--------|-----------|----------------------------------|
| | | Linhas ferroviárias convencionais/ Executado | | | Linhas ferroviárias de alta velocidade/ Executado | | | Aeroportos |
| | | Linhas ferroviárias convencionais/ Prevista modernização | | | Prevista a adaptação para linha ferroviária de alta velocidade | | | Portos |
| | | Linhas ferroviárias convencionais/ Planeado | | | Linhas ferroviárias de alta velocidade/ Planeado | | | RRT (Terminais rodoferroviários) |



15.2. Extensão indicativa aos países vizinhos

Rede global: Vias rodoviárias, portos, terminais rodoferroviários e aeroportos

Rede de transportes da Parceria Oriental: Arménia, Azerbaijão, Geórgia

15

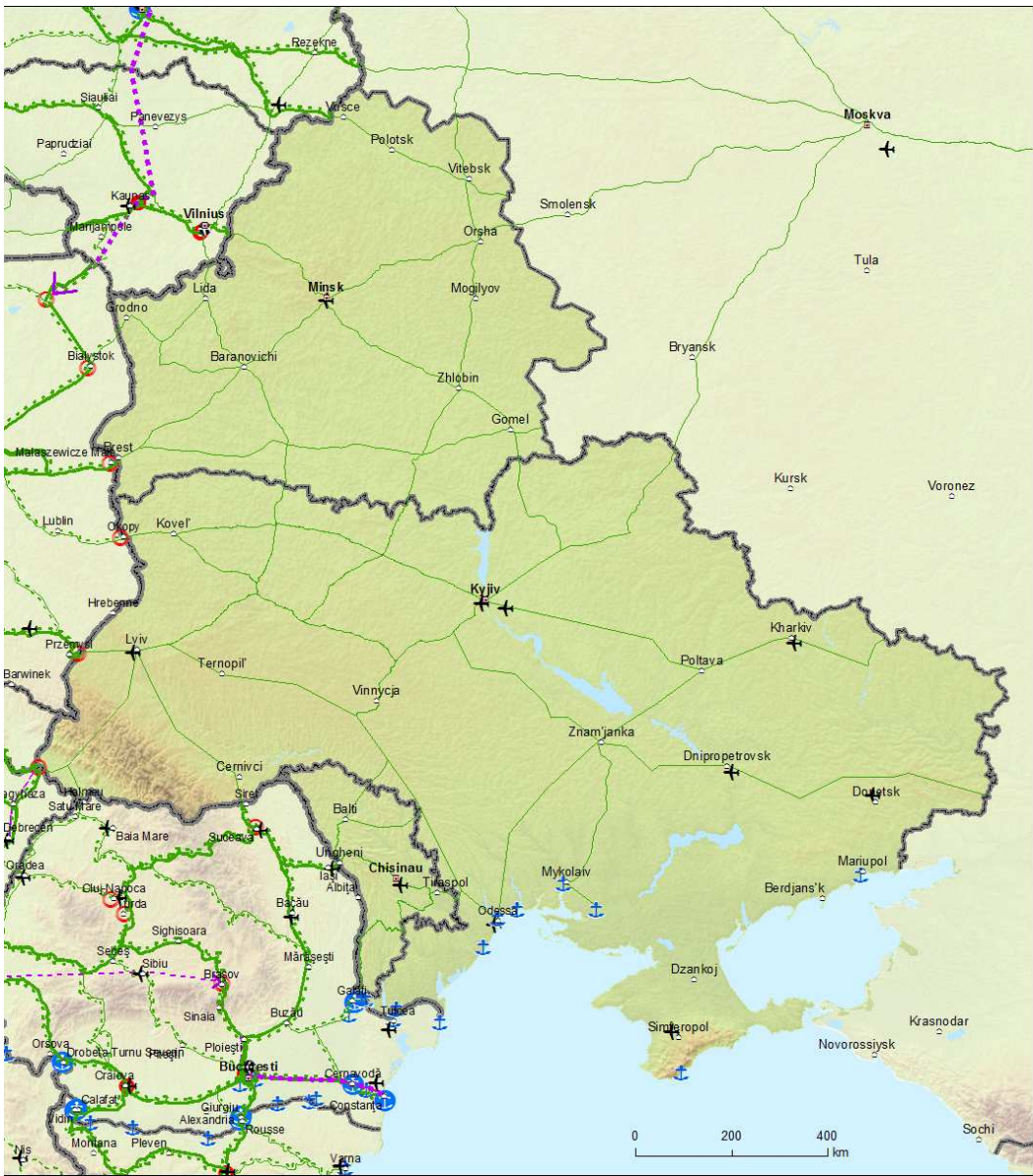


| Global | Principal | | Global | Principal | | Global | Principal | |
|--------|-----------|---|--------|-----------|-------------------------------------|--------|-----------|------------|
| | | Vias rodoviárias/ Executado | | | Portos | | | Aeroportos |
| | | Vias rodoviárias/Prevista modernização | | | RRT (Terminais rodoferroviários) | | | |
| | | Vias rodoviárias/ Planeado | | | | | | |



16.1. Extensão indicativa aos países vizinhos
Rede global: Vias ferroviárias, portos, terminais rodoferroviários e aeroportos
Rede de transportes da Parceria Oriental: Bielorrússia, Moldávia, Ucrânia

16

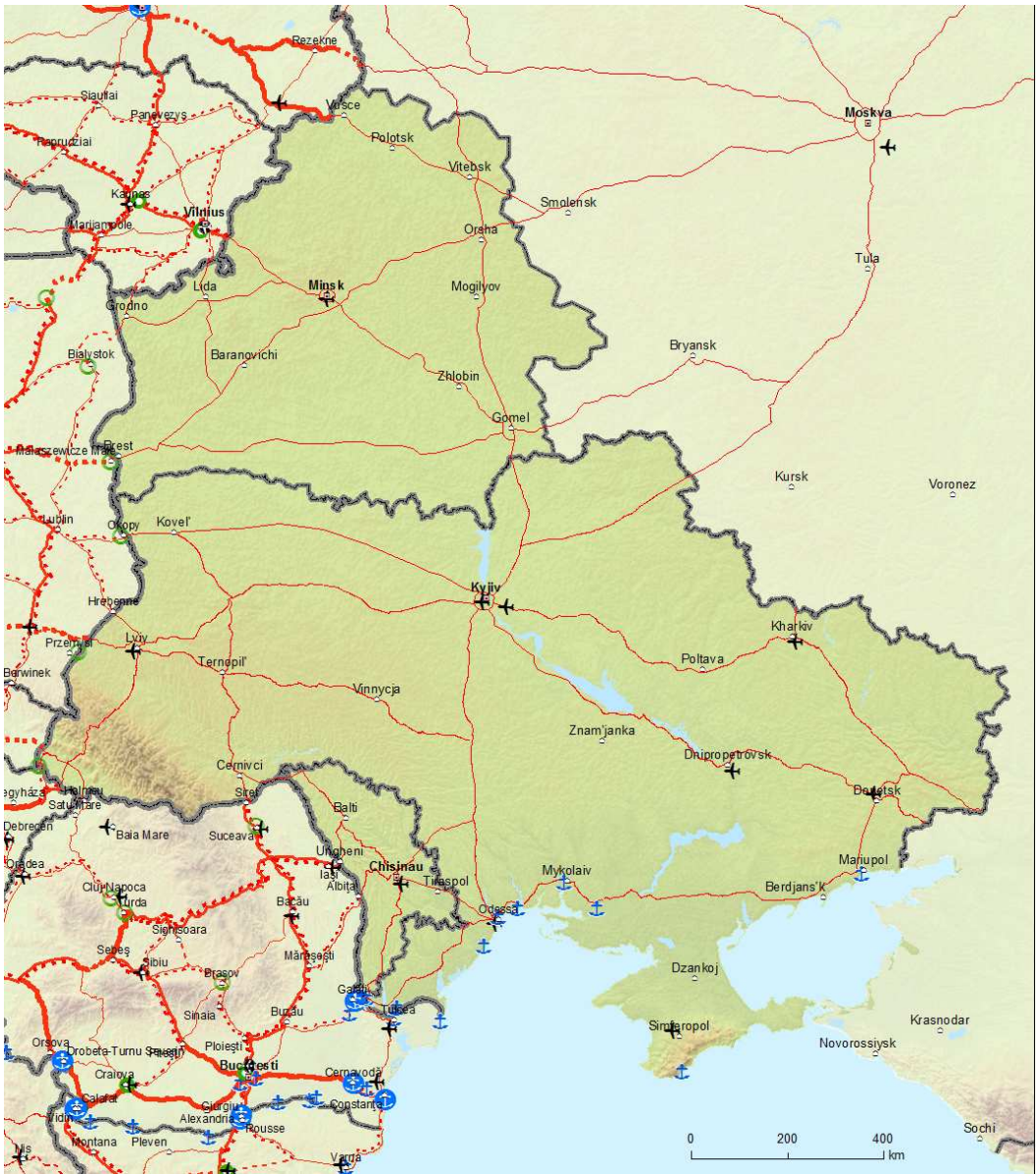


| Global | Principal | Global | Principal | Global | Principal |
|--------|-----------|---|-----------|--------|--|
| | | Linhas ferroviárias convencionais/Executado | | | Linhas ferroviárias de alta velocidade/Executado |
| | | Linhas ferroviárias convencionais/Prevista modernização | | | Prevista a adaptação para linha ferroviária de alta velocidade |
| | | Linhas ferroviárias convencionais/Planeado | | | Linhas ferroviárias de alta velocidade/Planeado |
| | | Aeroportos | | | Portos |
| | | RRT (Terminais rodoferroviários) | | | |



16.2. Extensão indicativa aos países vizinhos
Rede global: Vias rodoviárias, portos, terminais rodoferroviários e aeroportos
Rede de transportes da Parceria Oriental: Bielorrússia, Moldávia, Ucrânia

16



| Global | Principal | | Global | Principal | | Global | Principal | |
|--------|-----------|---|--------|-----------|-------------------------------------|--------|-----------|------------|
| | | Vias rodoviárias/ Executado | | | Portos | | | Aeroportos |
| | | Vias rodoviárias/Prevista modernização | | | RRT (Terminais rodoferroviários) | | | |
| | | Vias rodoviárias/Planeado | | | | | | |



17.1. Extensão indicativa aos países vizinhos

Rede global: Vias ferroviárias, portos, terminais rodoferryviários e aeroportos

Parceria da Dimensão Setentrional no domínio dos Transportes e da Logística:
Bielorrússia, Federação Russa

17



| Global | Principal | | Global | Principal | | Global | Principal | |
|--------|-----------|---|--------|-----------|--|--------|-----------|----------------------------------|
| | | Linhas ferroviárias convencionais / Executado | | | Linhas ferroviárias de alta velocidade / Executado | | | Aeroportos |
| | | Linhas ferroviárias convencionais / Prevista modernização | | | Prevista a adaptação para linha ferroviária de alta velocidade | | | Portos |
| | | Linhas ferroviárias convencionais / Planeado | | | Linhas ferroviárias de alta velocidade / Planeado | | | RRT (Terminais rodoferryviários) |



17.2. Extensão indicativa aos países vizinhos

Rede global: Vias rodoviárias, portos, terminais rodoferroviários e aeroportos

Parceria da Dimensão Setentrional no domínio dos Transportes e da Logística:
Bielorrússia, Federação Russa

17



| Global | | Principal | Global | | Principal | Global | | Principal |
|--------|--|--|--------|--|----------------------------------|--------|--|------------|
| | | Vias rodoviárias/Executado | | | Portos | | | Aeroportos |
| | | Vias rodoviárias/Prevista modernização | | | RRT (Terminais rodoferroviários) | | | |
| | | Vias rodoviárias/Planeado» | | | | | | |

REGULAMENTO (UE) N.º 474/2014 DA COMISSÃO**de 8 de maio de 2014****que altera o anexo XVII do Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH), no que respeita ao 1,4-diclorobenzeno****(Texto relevante para efeitos do EEE)**

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2006, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH), que cria a Agência Europeia dos Produtos Químicos, que altera a Diretiva 1999/45/CE e revoga o Regulamento (CEE) n.º 793/93 do Conselho e o Regulamento (CE) n.º 1488/94 da Comissão, bem como a Diretiva 76/769/CEE do Conselho e as Diretivas 91/155/CEE, 93/67/CEE, 93/105/CE e 2000/21/CE da Comissão ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 68.º, n.º 1,

Considerando o seguinte:

- (1) As autoridades francesas levaram a efeito uma avaliação dos riscos do 1,4-diclorobenzeno (a seguir «DCB») em conformidade com o Regulamento (CEE) n.º 793/93 do Conselho ⁽²⁾ relativo à avaliação e controlo dos riscos associados às substâncias existentes enumeradas no Inventário Europeu das Substâncias Existentes no Mercado. O relatório final foi publicado em 2004 no *sítio web* do Gabinete Europeu de Produtos Químicos (EC, 2004) ⁽³⁾.
- (2) Em fevereiro de 2008, foi publicada no *Jornal Oficial da União Europeia* a Comunicação da Comissão ⁽⁴⁾ relativa aos resultados da avaliação de riscos e às estratégias de redução dos riscos relativamente ao DCB. A fim de limitar os riscos para os consumidores, essa comunicação recomendou que fosse ponderada a introdução, na Diretiva 76/769/CEE do Conselho ⁽⁵⁾, de restrições à comercialização e utilização de DCB em ambientadores, produtos antitraça e blocos para sanita. As restrições à utilização de DCB em produtos antitraça, como se recomenda na Comunicação de 2008, já estão cobertas pela Decisão 2007/565/CE da Comissão ⁽⁶⁾ (tipo de produtos 19 — Repelentes e atrativos) pelo que não é necessário, para essa utilização, o estabelecimento de restrições ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1907/2006.
- (3) Em novembro de 2011, em conformidade com o artigo 69.º, n.º 1, do mesmo regulamento, a Comissão solicitou à Agência Europeia dos Produtos Químicos (a seguir «Agência») que elaborasse, para o DCB, um dossiê relativo às restrições conforme aos requisitos do anexo XV do referido regulamento (a seguir «dossiê do anexo XV»).
- (4) No seu pedido, a Comissão solicitou especificamente que a Agência abordasse a exposição dos consumidores nos seus domicílios e em casas de banho públicas, incluindo a exposição dos profissionais que providenciam assistência ou limpeza nessas casas de banho, tendo em conta as informações mais recentes e relevantes da literatura científica e o declínio na utilização de DCB na Europa. Nesta avaliação, devia igualmente atender-se ao relatório ⁽⁷⁾ encomendado pela Comissão sobre os impactos socioeconómicos de uma restrição do DCB.

⁽¹⁾ JO L 396 de 30.12.2006, p. 1.

⁽²⁾ Regulamento (CEE) n.º 793/93 do Conselho, de 23 de março de 1993, relativo à avaliação e controlo dos riscos ambientais associados às substâncias existentes (JO L 84 de 5.4.1993, p. 1).

⁽³⁾ Relatório da UE sobre a avaliação dos riscos do 1,4-diclorobenzeno. Gabinete Europeu de Produtos Químicos, Substâncias existentes, volume 48.

⁽⁴⁾ Comunicação da Comissão relativa aos resultados da avaliação de riscos e às estratégias de redução dos riscos das substâncias piperazina, ciclo-hexano, diisocianato de metilenodifenilo, but-2-ino-1,4-diol, metiloxirano, anilina, acrilato de 2-etil-hexilo, 1,4-diclorobenzeno, 3,5-dinitro-2,6-dimetil-4-terc-butilacetofenona, ftalato de bis(2-etil-hexilo), fenol e 5-terc-butil-2,4,6-trinitro-m-xileno (JO C 34 de 7.2.2008, p. 1).

⁽⁵⁾ Diretiva 76/769/CEE do Conselho, de 27 de julho de 1976, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros respeitantes à limitação da colocação no mercado e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas (JO L 262 de 27.9.1976, p. 201).

⁽⁶⁾ Decisão 2007/565/CE da Comissão, de 14 de agosto de 2007, relativa à não inclusão, nos anexos I, IA ou IB da Diretiva 98/8/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à colocação de produtos biocidas no mercado, de certas substâncias a avaliar no quadro do programa de trabalho de 10 anos mencionado no n.º 2 do artigo 16.º da mesma diretiva (JO L 216 de 21.8.2007, p. 17).

⁽⁷⁾ RPA — Risk & Policy Analysts Limited (2010) *Socio-Economic Evaluation arising from a Proposal for Risk Reduction Measures related to Restrictions on 1,4-Dichlorobenzene* (avaliação socioeconómica decorrente da proposta de medidas de redução dos riscos relacionadas com as restrições ao 1,4-diclorobenzeno), Relatório Final — Junho 2010.
http://ec.europa.eu/enterprise/sectors/chemicals/documents/reach/studies/index_en.htm

- (5) O DCB consta da lista da parte 3 do anexo VI do Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽¹⁾ como substância cancerígena da categoria de perigo 2, bem como por causa das suas propriedades como irritante ocular e a sua elevada toxicidade para os organismos aquáticos com efeitos duradouros. Estima-se que sejam usadas anualmente, na União, 800 toneladas de DCB no fabrico de ambientadores e desodorizantes de casa de banho, 10 % dos quais se destinam a usos domésticos e o restante a utilizações profissionais (essencialmente como desodorizantes em casas de banho públicas).
- (6) Em 19 de abril de 2012, a Agência apresentou ao seu Comité de Avaliação dos Riscos (a seguir «RAC») e ao seu Comité de Análise Socioeconómica (a seguir, «SEAC») o dossiê do anexo XV. Nesse dossiê ⁽²⁾, ficou demonstrado que a colocação no mercado e a utilização de ambientadores e blocos para sanita à base de DCB deveriam ser restringidas, tanto no atinente às utilizações domésticas como profissionais, dado que os riscos associados a esses produtos não estão adequadamente controlados e que os benefícios decorrentes da restrição ultrapassam os seus custos. O dossiê demonstrou ainda que era necessária uma ação ao nível da União.
- (7) A 8 de março de 2013, o RAC adotou por consenso o seu parecer acerca da restrição proposta no dossiê do anexo XV. Segundo o parecer do RAC, a restrição é a medida mais adequada ao nível da União para abordar os riscos identificados do DCB utilizado como ambientador ou desodorizante em casas de banho, residências, escritórios ou outros espaços públicos fechados, tanto em termos de eficácia como de exequibilidade. Contudo, o RAC propôs a modificação da restrição por motivos de aplicabilidade, especificando um limite de concentração de 1 % em peso para o DCB nesses produtos, evitando assim que sejam indevidamente afetados os produtos que contêm DCB como impureza. Essa concentração corresponde ao valor-limite que desencadeia a classificação de uma mistura como cancerígeno de categoria 2 ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1272/2008.
- (8) Tal como indicado no documento em que se baseia o parecer do RAC, estão disponíveis no mercado da União métodos analíticos fiáveis para a determinação do teor de DCB.
- (9) Na sua avaliação, o RAC considerou que o potencial cancerígeno (agente mitogénico, cancerígeno para além de um determinado limiar) é o parâmetro mais relevante para a saúde humana. Com base em dados de exposição por inalação a vapores de DCB, o RAC propôs a redução dos riscos identificados para os consumidores quando utilizam continuamente em casa ambientadores e desodorizantes de casa de banho que contêm DCB. Considerou-se que esse cenário representava condições razoáveis de exposição nas condições mais desfavoráveis. Além disso, o parecer do RAC menciona que a exposição dos profissionais que providenciam assistência e limpeza nas casas de banho deve ser reduzida dado que foram identificados riscos em caso de ventilação insuficiente das casas de banho.
- (10) Ao analisar o âmbito da restrição, o RAC considerou a exposição dos consumidores aos ambientadores e desodorizantes de casa de banho nos domicílios e nas casas de banho públicas, bem como dos profissionais que trabalham nas casas de banho públicas, incluindo no atendimento e na limpeza, mas também de outros grupos, como o pessoal de manutenção. Também foram considerados os consumidores e os profissionais que permanecem e trabalham em espaços fechados (que não as casas de banho) onde são usados ambientadores com DCB. Não foram consideradas outras utilizações profissionais ou industriais.
- (11) Em 5 de junho de 2013, o SEAC adotou por consenso o seu parecer acerca da restrição proposta no dossiê do anexo XV. Segundo o parecer do SEAC, a restrição, tal como alterada pelo RAC e pelo SEAC, é a medida mais adequada ao nível da União para abordar os riscos identificados em termos de proporcionalidade entre os benefícios e os custos socioeconómicos. Com base na conclusão do RAC, segundo a qual as exposições ao DCB devem ser reduzidas nas utilizações domésticas e profissionais, e em determinadas provas que indicam que os blocos para sanita e os ambientadores que contêm DCB continuarão a ser usados na ausência de uma intervenção, o SEAC concordou com o facto de uma restrição ser uma medida adequada e eficaz. No que se refere à proporcionalidade de uma restrição à utilização doméstica, o SEAC concluiu que a medida é proporcionada. Relativamente à proporcionalidade de uma restrição conjunta das utilizações doméstica e profissional, o SEAC, tendo em conta os benefícios para a saúde inferidos e a escala de custos envolvidos, concluiu que a medida não pode ser considerada desproporcionada.
- (12) O Fórum de Intercâmbio de Informações sobre o Controlo do Cumprimento foi consultado no decurso do procedimento de restrições e as suas observações acerca da redação das condições de restrição e acerca do período de transição foram levadas em linha de conta pelo RAC e pelo SEAC.

⁽¹⁾ Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, que altera e revoga as Diretivas 67/548/CEE e 1999/45/CE, e altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006 (JO L 353 de 31.12.2008, p. 1).

⁽²⁾ <http://echa.europa.eu/documents/10162/3f467af2-66e0-468d-8366-f650f63e27d7>

- (13) Em 17 de junho de 2013, a Agência apresentou à Comissão os pareceres do RAC e do SEAC, com base nos quais a Comissão conclui que existe um risco inaceitável para a saúde humana provocado pela colocação no mercado e pela utilização do DCB, como substância ou como constituinte de misturas numa concentração igual ou superior a 1 % em peso, utilizado como ambientador ou desodorizante em casas de banho, residências, escritórios ou outros espaços públicos fechados. A Comissão considera ainda que estes riscos devem ser abordados ao nível da União. Teve-se em conta os impactos socioeconómicos da restrição, designadamente a disponibilidade de alternativas.
- (14) Afigura-se adequado prever um período de 12 meses após a entrada em vigor do presente regulamento para que as partes interessadas tomem medidas no sentido de lhe dar cumprimento, incluindo no que respeita aos ambientadores e desodorizantes que já se encontram na cadeia de abastecimento ou nas existências.
- (15) O Regulamento (CE) n.º 1907/2006 deve, por conseguinte, ser alterado em conformidade.
- (16) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do comité instituído pelo artigo 133.º do Regulamento (CE) n.º 1907/2006,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

O anexo XVII do Regulamento (CE) n.º 1907/2006 é alterado em conformidade com o anexo do presente regulamento.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é aplicável a partir de 1 de junho de 2015.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 8 de maio de 2014.

Pela Comissão

O Presidente

José Manuel BARROSO

ANEXO

É aditada a seguinte entrada ao anexo XVII do Regulamento (CE) n.º 1907/2006:

| | |
|---|--|
| «64. 1,4-Diclorobenzeno N.º CAS: 106-46-7 N.º CE: 203-400-5 | Não pode ser colocado no mercado nem utilizado, como substância ou constituinte de misturas em concentração igual ou superior a 1 % em peso, sempre que a substância ou mistura seja colocada no mercado para utilização, ou seja utilizada, como ambientador ou desodorizante em casas de banho, residências, escritórios ou outros espaços públicos fechados.» |
|---|--|

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) N.º 475/2014 DA COMISSÃO**de 8 de maio de 2014****que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas**

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho, de 22 de outubro de 2007, que estabelece uma organização comum dos mercados agrícolas e disposições específicas para certos produtos agrícolas (Regulamento «OCM única») ⁽¹⁾,

Tendo em conta o Regulamento de Execução (UE) n.º 543/2011 da Comissão, de 7 de junho de 2011, que estabelece regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho nos setores das frutas e produtos hortícolas e das frutas e produtos hortícolas transformados ⁽²⁾, nomeadamente o artigo 136.º, n.º 1,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento de Execução (UE) n.º 543/2011 estabelece, em aplicação dos resultados das negociações comerciais multilaterais do «Uruguay Round», os critérios para a fixação pela Comissão dos valores forfetários de importação dos países terceiros relativamente aos produtos e aos períodos indicados no Anexo XVI, parte A.
- (2) O valor forfetário de importação é calculado, todos os dias úteis, em conformidade com o artigo 136.º, n.º 1, do Regulamento de Execução (UE) n.º 543/2011, tendo em conta os dados diários variáveis. O presente regulamento deve, por conseguinte, entrar em vigor no dia da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Os valores forfetários de importação referidos no artigo 136.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 543/2011 são fixados no anexo do presente regulamento.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 8 de maio de 2014.

Pela Comissão

Em nome do Presidente,

Jerzy PLEWA

Diretor-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

⁽¹⁾ JO L 299 de 16.11.2007, p. 1.

⁽²⁾ JO L 157 de 15.6.2011, p. 1.

ANEXO

Valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas

(EUR/100kg)

| Código NC | Código países terceiros ⁽¹⁾ | Valor forfetário de importação |
|------------|--|--------------------------------|
| 0702 00 00 | MA | 48,0 |
| | MK | 125,4 |
| | TN | 49,2 |
| | TR | 99,8 |
| | ZZ | 80,6 |
| 0707 00 05 | MK | 59,9 |
| | TR | 124,2 |
| | ZZ | 92,1 |
| 0709 93 10 | TR | 111,3 |
| | ZZ | 111,3 |
| 0805 10 20 | EG | 42,9 |
| | IL | 74,6 |
| | MA | 43,2 |
| | TN | 68,6 |
| | TR | 51,4 |
| | ZZ | 56,1 |
| | TR | 91,3 |
| 0805 50 10 | ZZ | 91,3 |
| | AR | 96,6 |
| 0808 10 80 | BR | 86,5 |
| | CL | 97,3 |
| | CN | 126,4 |
| | MK | 27,7 |
| | NZ | 145,9 |
| | US | 202,1 |
| | ZA | 102,1 |
| | ZZ | 110,6 |

⁽¹⁾ Nomenclatura dos países fixada pelo Regulamento (CE) n.º 1833/2006 da Comissão (JO L 354 de 14.12.2006, p. 19). O código «ZZ» representa «outras origens».

DECISÕES

DECISÃO EUBAM LÍBIA/3/2014 DO COMITÉ POLÍTICO E DE SEGURANÇA

de 30 de abril de 2014

que prorroga o mandato do Chefe da Missão da União Europeia de Assistência à Gestão Integrada das Fronteiras na Líbia (EUBAM Líbia)

(2014/258/PESC)

O COMITÉ POLÍTICO E DE SEGURANÇA,

Tendo em conta o Tratado da União Europeia, nomeadamente o artigo 38.º, terceiro parágrafo,

Tendo em conta a Decisão 2013/233/PESC do Conselho, de 22 de maio de 2013, relativa à Missão da União Europeia de Assistência à Gestão Integrada das Fronteiras na Líbia (EUBAM Líbia) ⁽¹⁾,

Considerando o seguinte:

- (1) Nos termos do artigo 9.º, n.º 1, da Decisão 2013/233/PESC, Comité Político e de Segurança («CPS») fica autorizado, em conformidade com o artigo 38.º do Tratado, a tomar as decisões pertinentes para o controlo político e a direção estratégica da Missão da União Europeia de Assistência à Gestão Integrada das Fronteiras na Líbia (EUBAM Líbia), incluindo a decisão de nomear um Chefe de Missão sob proposta da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.
- (2) Em 24 de maio de 2013, o CPS adotou a Decisão EUBAM Líbia/1/2013 ⁽²⁾ que nomeou o Antti Juhani Hartikainen Chefe da Missão EUBAM Líbia para o período compreendido entre 22 de maio de 2013 e 21 de maio de 2014.
- (3) Em 14 de abril de 2014, a Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança propôs que fosse prorrogado o mandato de Antti Juhani Hartikainen como Chefe da Missão EUBAM Líbia até 21 de maio de 2015,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

O mandato de Antti Juhani Hartikainen como Chefe da Missão EUBAM Líbia é prorrogado até 21 de maio de 2015.

Artigo 2.º

A presente decisão entra em vigor na data da sua adoção.

Feito em Bruxelas, em 30 de abril de 2014.

Pelo Comité Político e de Segurança

O Presidente

W. STEVENS

⁽¹⁾ JO L 138 de 24.5.2013, p. 15.

⁽²⁾ Decisão EUBAM Líbia/1/2013 do Comité Político e de Segurança de 24 de maio de 2013 que nomeia o Chefe da Missão da União Europeia de Assistência à Gestão Integrada das Fronteiras na Líbia (EUBAM Líbia) (JO L 147 de 1.6.2013, p. 13).

DECISÃO EUCAP SAEL NÍGER/2/2014 DO COMITÉ POLÍTICO E DE SEGURANÇA
de 6 de maio de 2014
relativa à nomeação do Chefe da Missão PCSD da União Europeia no Níger (EUCAP Sael Níger)
(2014/259/PESC)

O COMITÉ POLÍTICO E DE SEGURANÇA,

Tendo em conta o Tratado da União Europeia, nomeadamente o artigo 38.º, terceiro parágrafo,

Tendo em conta a Decisão 2012/392/PESC do Conselho, de 16 de julho de 2012, relativa à missão PCSD da União Europeia no Níger (EUCAP Sael Níger) ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 9.º, n.º 1,

Considerando o seguinte:

- (1) Nos termos da Decisão 2012/392/PESC, o Comité Político e de Segurança (CPS) está autorizado, em conformidade com o artigo 38.º do Tratado, a tomar as decisões pertinentes para exercer o controlo político e a direção estratégica da missão PCSD da União Europeia no Níger (EUCAP Sael Níger), incluindo a decisão de nomear um Chefe de Missão.
- (2) Em 12 de novembro de 2013, o CPS adotou a Decisão EUCAP Sael Niger/2/2013 ⁽²⁾, nomeando Filip DE CEUNINCK como Chefe de Missão da Missão EUCAP Sael Níger, *ad interim*, para o período compreendido entre 1 de novembro e 31 de dezembro de 2013. Em 14 de janeiro de 2014, o seu mandato foi prorrogado até à nomeação do novo Chefe de Missão da Missão EUCAP Sael Níger ⁽³⁾.
- (3) A Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança propôs a nomeação de Filip DE CEUNINCK como Chefe da Missão EUCAP Sael Níger, até 15 de julho de 2014,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

Filip DE CEUNINCK é nomeado Chefe da missão EUCAP Sael Níger até 15 de julho de 2014.

Artigo 2.º

A presente decisão entra em vigor na data da sua adoção.

Feito em Bruxelas, em 6 de maio de 2014.

Pelo Comité Político e de Segurança

O Presidente

W. STEVENS

⁽¹⁾ JO L 187 de 17.7.2012, p. 48.

⁽²⁾ JO L 305 de 15.11.2013, p. 18.

⁽³⁾ Decisão EUCAP Sael Níger/1/2014 do Comité Político e de Segurança, de 14 de janeiro de 2014, que prorroga o mandato do Chefe de Missão da Missão PCSD da União Europeia no Níger (EUCAP Sael Níger) (JO L 14 de 18.1.2014, p. 16).

DECISÃO DE EXECUÇÃO DA COMISSÃO**de 29 de abril de 2014****relativa ao apuramento das contas dos organismos pagadores dos Estados-Membros, referentes às despesas financiadas pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) no exercício financeiro de 2013***[notificada com o número C(2014) 2792]*

(2014/260/UE)

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, relativo ao financiamento, à gestão e ao acompanhamento da política agrícola comum, e que revoga os Regulamentos (CEE) n.º 352/78, (CE) n.º 165/94, (CE) n.º 2799/98, (CE) n.º 814/2000, (CE) n.º 1290/2005 e (CE) n.º 485/2008 do Conselho ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 119.º, n.º 1,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1290/2005 do Conselho, de 21 de junho de 2005, relativo ao financiamento da política agrícola comum ⁽²⁾, nomeadamente o artigo 30.º,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 883/2006 da Comissão, de 21 de junho de 2006, que estabelece regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1290/2005 do Conselho, no que diz respeito à manutenção das contas dos organismos pagadores, às declarações de despesas e de receitas e às condições de reembolso das despesas no âmbito do FEAGA e do Feader ⁽³⁾, nomeadamente o artigo 9.º,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 885/2006 da Comissão, de 21 de Junho de 2006, que estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1290/2005 do Conselho no respeitante à acreditação dos organismos pagadores e de outros organismos e ao apuramento das contas do FEAGA e do Feader ⁽⁴⁾, nomeadamente o artigo 10.º,

Após consulta do Comité dos Fundos Agrícolas,

Considerando o seguinte:

- (1) O artigo 119.º, n.º 1, segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1306/2013, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 8.º do Regulamento (UE) n.º 1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, que estabelece certas disposições transitórias relativas ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader), que altera o Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere aos recursos e à sua distribuição em relação ao exercício de 2014, bem como o Regulamento (CE) n.º 73/2009 do Conselho e os Regulamentos (UE) n.º 1307/2013, (UE) n.º 1306/2013 e (UE) n.º 1308/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere à sua aplicação em 2014 ⁽⁵⁾, dispõe que o artigo 30.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005 se aplica ao apuramento financeiro das despesas e dos pagamentos relativos ao exercício financeiro agrícola de 2013.
- (2) Nos termos do artigo 30.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005 do Conselho, a Comissão apura as contas dos organismos pagadores mencionados no artigo 6.º do referido regulamento com base nas contas anuais apresentadas pelos Estados-Membros, acompanhadas das informações necessárias ao seu apuramento, dos certificados relativos à integralidade, exatidão e veracidade das contas apresentadas e dos relatórios elaborados pelos organismos de certificação.
- (3) Em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, segundo parágrafo, do Regulamento (CE) n.º 883/2006, no exercício financeiro de 2013 devem ser contabilizadas as despesas efetuadas pelos Estados-Membros entre 16 de outubro de 2012 e 15 de outubro de 2013.

⁽¹⁾ JO L 347 de 20.12.2013, p. 549.⁽²⁾ JO L 209 de 11.8.2005, p. 1.⁽³⁾ JO L 171 de 23.6.2006, p. 1.⁽⁴⁾ JO L 171 de 23.6.2006, p. 90.⁽⁵⁾ JO L 347 de 20.12.2013, p. 865.

- (4) O artigo 10.º, n.º 2, primeiro parágrafo, do Regulamento (CE) n.º 885/2006, estabelece que o montante que, em consequência da decisão de apuramento das contas referida no mesmo artigo, n.º 1, primeiro parágrafo, seja recuperável de cada Estado-Membro ou lhe seja pagável será determinado através da dedução dos pagamentos mensais a título do exercício financeiro em causa, isto é, 2013, das despesas reconhecidas para o mesmo exercício em conformidade com o citado n.º 1. Esse montante será deduzido ou adicionado pela Comissão ao pagamento mensal relativo às despesas efetuadas no segundo mês seguinte à decisão de apuramento das contas.
- (5) A Comissão verificou as informações transmitidas pelos Estados-Membros, tendo-lhes comunicado, antes de 31 de março de 2014, os resultados das suas verificações, acompanhados das alterações necessárias.
- (6) As contas anuais e os documentos que as acompanham, apresentados por certos organismos pagadores, permitem à Comissão decidir da integralidade, exatidão e veracidade das contas anuais transmitidas. O anexo I enumera os montantes apurados e os montantes a recuperar ou a pagar aos Estados-Membros cujas contas foram consideradas integrais, exatas e verídicas.
- (7) As informações transmitidas por certos organismos pagadores requerem investigações adicionais e as suas contas não podem ser apuradas pela presente decisão. Os organismos pagadores em causa constam do anexo II.
- (8) Nos termos do artigo 9.º, n.º 4, do Regulamento (CE) n.º 883/2006, o eventual incumprimento dos prazos nos meses de agosto, setembro e outubro é tomado em consideração na decisão de apuramento anual das contas. Algumas das despesas declaradas por certos Estados-Membros nesses meses em 2013 foram efetuadas após os prazos aplicáveis. A presente decisão deve fixar em conformidade as reduções correspondentes aos montantes a apurar.
- (9) Em aplicação do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005 e do artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 883/2006, a Comissão reduziu ou suspendeu já da contabilização de despesas do exercício financeiro de 2013, certos pagamentos mensais, devido à ultrapassagem de limites ou ao incumprimento de prazos de pagamento. A presente decisão da Comissão deve ter em consideração os montantes reduzidos ou suspensos, de modo a evitar pagamentos inadequados ou fora de prazo, reembolsando montantes que poderiam mais tarde ser objeto de correções financeiras. Se se justificar, os montantes em questão poderão ser analisados em maior profundidade no âmbito do procedimento de apuramento da conformidade, de acordo com o artigo 31.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005. Neste âmbito, a presente decisão não invalida futuras decisões de apuramento de conformidade que a Comissão possa vir a adotar com fundamento no artigo 31.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005.
- (10) O artigo 10.º, n.º 1, segundo e terceiro parágrafos do Regulamento (CE) n.º 885/2006, dispõe que os montantes a imputar à UE e aos Estados-Membros nos termos dos artigos 32.º e 33.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005 devem ser determinados na decisão de apuramento. Nos termos do artigo 119.º, n.º 1, segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1306/2013, o procedimento a que se refere o artigo 30.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005 continua a aplicar-se às despesas e pagamentos efetuados relativamente ao exercício financeiro agrícola de 2013. No exercício financeiro agrícola de 2013 vigoravam os artigos 32.º e 33.º, pelo que, na decisão de apuramento financeiro relativa ao exercício financeiro de 2013, devem ser tidos em conta os montantes resultantes da sua aplicação.
- (11) Nos termos do artigo 32.º, n.º 5, do Regulamento (CE) n.º 1290/2005, se a recuperação dos montantes relacionados com essas irregularidades se não tiver realizado no prazo de quatro anos após a data do primeiro auto administrativo ou judicial ou no prazo de oito anos, caso a recuperação dos montantes em questão seja objeto de uma ação perante as jurisdições nacionais, as consequências financeiras da não-recuperação devem ser assumidas em 50 % pelo Estado-Membro em causa. O artigo 32.º, n.º 3, do mesmo regulamento obriga os Estados-Membros a enviarem à Comissão, juntamente com as contas anuais, uma relação discriminada dos processos individuais de recuperação por irregularidades. O Regulamento (CE) n.º 885/2006 enuncia as regras de execução relativas à obrigação de comunicação dos montantes a recuperar pelos Estados-Membros. O anexo III desse regulamento estabelece o quadro que os Estados-Membros devem transmitir em 2014. A Comissão deve decidir das consequências financeiras da não-recuperação dos montantes relacionados com irregularidades pendentes há mais de quatro e oito anos, respetivamente, com base nos quadros preenchidos pelos Estados-Membros. Neste âmbito, a presente decisão não prejudica futuras decisões de apuramento da conformidade tomadas nos termos do artigo 32.º, n.º 8, do Regulamento (CE) n.º 1290/2005.

- (12) Nos termos do artigo 32.º, n.º 6, do Regulamento (CE) n.º 1290/2005, e por força do artigo 10.º do Regulamento (CE) n.º 885/2006, os Estados-Membros podem decidir não proceder à recuperação. Essa decisão só pode ser tomada quando o conjunto dos custos da recuperação, já suportados e a suportar, for superior ao montante a recuperar, ou quando a recuperação se revelar impossível devido à insolvência do devedor ou das pessoas juridicamente responsáveis pela irregularidade, verificada e reconhecida de acordo com o direito nacional do Estado-Membro em causa. Se a referida decisão for tomada no prazo de quatro anos após a data do primeiro auto administrativo ou judicial, ou no prazo de oito anos, caso a recuperação seja objeto de uma ação perante as jurisdições nacionais, as consequências financeiras da não-recuperação devem ser assumidas a 100 % pelo orçamento da UE. Os montantes cuja recuperação o Estado-Membro decidiu não efetuar, bem como a justificação da sua decisão, devem constar dos mapas recapitulativos apresentados aos Estados-Membros em causa, nos termos do artigo 32.º, n.º 3, do Regulamento (CE) n.º 1290/2005. Para efeitos da presente decisão, a Comissão não deve imputar aos Estados-Membros em causa, esses montantes, devendo as respetivas consequências financeiras ser suportadas pelo orçamento da UE. Neste âmbito, a presente decisão não prejudica futuras decisões de apuramento da conformidade, tomadas nos termos do artigo 32.º, n.º 8, do Regulamento (CE) n.º 1290/2005.
- (13) Em conformidade com o artigo 30.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 1290/2005, a presente decisão não prejudica decisões ulteriores da Comissão sobre apuramento da conformidade que excluam do financiamento da União Europeia despesas que não tenham sido efetuadas em conformidade com as regras da União Europeia,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

Com exceção dos organismos pagadores referidos no artigo 2.º, são apuradas pela presente decisão as contas dos organismos pagadores dos Estados-Membros referentes às despesas respeitantes ao exercício financeiro de 2013 financiadas pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA).

Os montantes correspondentes a cada Estado-Membro, a recuperar ou a pagar nos termos da presente decisão, incluindo os resultantes da aplicação do artigo 32.º, n.º 5, do Regulamento (CE) n.º 1290/2005, encontram-se fixados no anexo I.

Artigo 2.º

Relativamente ao exercício financeiro de 2013, as contas dos organismos pagadores dos Estados-Membros indicados no anexo II, referentes às despesas financiadas pelo FEAGA, são dissociadas da presente decisão e serão objeto de uma decisão de apuramento de contas posterior.

Artigo 3.º

A presente decisão não prejudica futuras decisões de apuramento da conformidade, que a Comissão possa vir a adotar nos termos do artigo 31.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005, que excluam do financiamento da União Europeia despesas que não tenham sido efetuadas em conformidade com as regras da União Europeia.

Artigo 4.º

Os destinatários da presente decisão são os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de abril de 2014.

Pela Comissão
Dacian CIOLOȘ
Membro da Comissão

ANEXO I

Apuramento das contas dos organismos pagadores

Exercício Financeiro de 2013

Montante a recuperar ou a pagar ao Estado-Membro

| EM | | 2013 — Despesas/Receitas afetadas dos organismos pagadores cujas contas são | | Total a + b | Reduções e suspensões em todo o exercício ⁽¹⁾ | Reduções nos termos do artigo 32.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005 por força do artigo 10.º do Regulamento (CE) 885/2006 | Total incluindo reduções e suspensões | Pagamentos ao Estado-Membro a título do exercício financeiro | Montante a recuperar (-)/a pagar (+) ao Estado-Membro ⁽²⁾ |
|----|-----|---|--|------------------|--|--|---------------------------------------|--|--|
| | | apuradas | dissociadas | | | | | | |
| | | = despesas/receitas afetadas declaradas na declaração anual | = total das despesas/receitas afetadas nas declarações mensais | | | | | | |
| | | a = A (col.i) | b = A (col.h) | c = a + b | d = C1 (col. e) | e = ART32 | f = c + d + e | g | h = f - g |
| BE | EUR | 624 341 919,71 | 11 319 476,12 | 635 661 395,83 | - 346 540,21 | - 35 296,55 | 635 279 559,07 | 635 401 707,01 | - 122 147,94 |
| BG | EUR | 520 706 425,07 | 0,00 | 520 706 425,07 | 0,00 | 0,00 | 520 706 425,07 | 520 718 516,78 | - 12 091,71 |
| CZ | EUR | 832 289 934,09 | 0,00 | 832 289 934,09 | - 52 994,62 | 0,00 | 832 236 939,47 | 832 283 338,41 | - 46 398,94 |
| DK | DKK | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | - 602 013,75 | - 602 013,75 | 0,00 | - 602 013,75 |
| DK | EUR | 932 522 034,47 | 0,00 | 932 522 034,47 | - 57 570,12 | 0,00 | 932 464 464,35 | 931 438 063,06 | 1 026 401,29 |
| DE | EUR | 5 325 975 685,14 | 0,00 | 5 325 975 685,14 | 0,00 | - 221 111,26 | 5 325 754,573,88 | 5 325 926 033,61 | -171 459,73 |
| EE | EUR | 95 207 738,39 | 0,00 | 95 207 738,39 | 0,00 | - 938,45 | 95 206 799,94 | 95 207 334,70 | - 534,76 |
| IE | EUR | 1 228 632 812,85 | 0,00 | 1 228 632 812,85 | - 29 356,01 | - 55 560,00 | 1 228 547 896,84 | 1 228 618 692,08 | - 70 795,24 |
| EL | EUR | 0,00 | 2 341 140 772,14 | 2 341 140 772,14 | 0,00 | 0,00 | 2 341 140 772,14 | 2 341 140 772,14 | 0,00 |
| ES | EUR | 5 811 567 412,30 | 0,00 | 5 811 567 412,30 | - 958 284,14 | - 3 544 385,72 | 5 807 064 742,44 | 5 810 943 310,90 | - 3 878 568,46 |
| FR | EUR | 8 578 532 362,85 | 0,00 | 8 578 532 362,85 | 396 882,37 | - 1 371 083,99 | 8 577 558 161,23 | 8 577 517 764,73 | 40 396,50 |
| HR | EUR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| IT | EUR | 4 541 302 573,75 | 0,00 | 4 541 302 573,75 | - 1 726 750,06 | - 8 219 427,12 | 4 531 356 396,57 | 4 530 939 670,86 | 416 725,71 |
| CY | EUR | 48 819 358,52 | 0,00 | 48 819 358,52 | 0,00 | 0,00 | 48 819 358,52 | 48 819 358,52 | 0,00 |
| LV | EUR | 147 614 049,52 | 0,00 | 147 614 049,52 | 0,00 | 0,00 | 147 614 049,52 | 147 614 049,52 | 0,00 |
| LT | LTL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | - 21,34 | - 21,34 | 0,00 | - 21,34 |
| LT | EUR | 352 722 805,82 | 0,00 | 352 722 805,82 | 0,00 | 0,00 | 352 722 805,82 | 346 930 504,98 | 5 792 300,84 |
| LU | EUR | 33 784 052,94 | 0,00 | 33 784 052,94 | 0,00 | - 2 287,96 | 33 781 764,98 | 33 682 953,52 | 98 811,46 |
| HU | HUF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | - 14 562 539,00 | - 14 562 539,00 | 0,00 | - 14 562 539,00 |

| EM | | 2013 — Despesas/Receitas afetadas dos organismos pagadores cujas contas são | | Total a + b | Reduções e suspensões em todo o exercício ⁽¹⁾ | Reduções nos termos do artigo 32.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005 por força do artigo 10.º do Regulamento (CE) 885/2006 | Total incluindo reduções e suspensões | Pagamentos ao Estado-Membro a título do exercício financeiro | Montante a recuperar (-)/a pagar (+) ao Estado-Membro ⁽²⁾ |
|----|-----|---|--|------------------|--|--|---------------------------------------|--|--|
| | | apuradas | dissociadas | | | | | | |
| | | = despesas/receitas afetadas declaradas na declaração anual | = total das despesas/receitas afetadas nas declarações mensais | | | | | | |
| | | a = A (col.i) | b = A (col.h) | c = a + b | d = C1 (col. e) | e = ART32 | f = c + d + e | g | h = f - g |
| HU | EUR | 1 249 214 884,54 | 0,00 | 1 249 214 884,54 | 0,00 | 0,00 | 1 249 214 884,54 | 1 249 217 888,57 | - 3 004,03 |
| MT | EUR | 5 558 718,60 | 0,00 | 5 558 718,60 | 0,00 | 0,00 | 5 558 718,60 | 5 558 505,37 | 213,23 |
| NL | EUR | 884 672 765,83 | 0,00 | 884 672 765,83 | 0,00 | 0,00 | 884 672 765,83 | 883 449 825,44 | 1 222 940,39 |
| AT | EUR | 691 591 241,19 | 0,00 | 691 591 241,19 | 0,00 | 0,00 | 691 591 241,19 | 691 591 241,19 | 0,00 |
| PL | PLN | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | - 639 717,42 | - 639 717,42 | 0,00 | - 639 717,42 |
| PL | EUR | 3 147 739 014,75 | 0,00 | 3 147 739 014,75 | 0,00 | 0,00 | 3 147 739 014,75 | 3 147 935 629,19 | - 196 614,44 |
| PT | EUR | 762 827 603,78 | 0,00 | 762 827 603,78 | - 226 040,22 | - 1 067 365,09 | 761 534 198,47 | 762 462 063,84 | - 927 865,37 |
| RO | RON | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RO | EUR | 0,00 | 1 174 835 753,20 | 1 174 835 753,20 | 0,00 | 0,00 | 1 174 835 753,20 | 1 174 835 753,20 | 0,00 |
| SI | EUR | 133 999 797,83 | 0,00 | 133 999 797,83 | 0,00 | - 468,80 | 133 999 329,03 | 134 000 855,36 | - 1 526,33 |
| SK | EUR | 361 277 778,15 | 0,00 | 361 277 778,15 | 0,00 | 0,00 | 361 277 778,15 | 361 265 716,53 | 12 061,62 |
| FI | EUR | 535 729 245,61 | 0,00 | 535 729 245,61 | - 2 563,40 | - 3 262,59 | 535 723 419,62 | 535 738 480,77 | - 15 061,15 |
| SE | SEK | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | - 643 347,92 | - 643 347,92 | 0,00 | - 643 347,92 |
| SE | EUR | 676 877 998,55 | 0,00 | 676 877 998,55 | 0,00 | 0,00 | 676 877 998,55 | 676 905 013,98 | - 27 015,43 |
| UK | GBP | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | - 67 175,63 | - 67 175,63 | 0,00 | - 67 175,63 |
| UK | EUR | 3 104 971 517,71 | 0,00 | 3 104 971 517,71 | - 1 285 694,03 | 0,00 | 3 103 685 823,68 | 3 102 951 204,38 | 734 619,30 |

| EM | Despesas (³) | Receitas afetadas (³) | Artigo 32.º (= e) | Total (= h) |
|----|--------------|-----------------------|-------------------|-----------------|
| | 05 07 01 06 | 6701 | 6702 | |
| | i | j | k | l = i + j + k |
| BE | 0,00 | – 86 851,39 | – 35 296,55 | – 122 147,94 |
| BG | 0,00 | – 12 091,71 | 0,00 | – 12 091,71 |
| CZ | 0,00 | – 46 398,94 | 0,00 | – 46 398,94 |
| DK | 0,00 | 0,00 | – 602 013,75 | – 602 013,75 |
| DK | 1 026 401,29 | 0,00 | 0,00 | 1 026 401,29 |
| DE | 49 651,53 | 0,00 | – 221 111,26 | – 171 459,73 |
| EE | 403,69 | 0,00 | – 938,45 | – 534,76 |
| IE | 77 921,30 | – 93 156,54 | – 55 560,00 | – 70 795,24 |
| EL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ES | 0,00 | – 334 182,74 | – 3 544 385,72 | – 3 878 568,46 |
| FR | 1 411 480,49 | 0,00 | – 1 371 083,99 | 40 396,50 |
| HR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| IT | 8 636 152,83 | 0,00 | – 8 219 427,12 | 416 725,71 |
| CY | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| LV | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| LT | 0,00 | 0,00 | – 21,34 | – 21,34 |
| LT | 5 792 300,84 | 0,00 | 0,00 | 5 792 300,84 |
| LU | 101 099,42 | 0,00 | – 2 287,96 | 98 811,46 |
| HU | 0,00 | 0,00 | – 14 562 539,00 | – 14 562 539,00 |

| EM | Despesas ⁽¹⁾ | Receitas afetadas ⁽¹⁾ | Artigo 32.º (= e) | Total (= h) |
|----|-------------------------|----------------------------------|-------------------|---------------|
| | 05 07 01 06 | 6701 | 6702 | |
| | i | j | k | l = i + j + k |
| HU | 0,00 | – 3 004,03 | 0,00 | – 3 004,03 |
| MT | 213,23 | 0,00 | 0,00 | 213,23 |
| NL | 1 222 940,39 | 0,00 | 0,00 | 1 222 940,39 |
| AT | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PL | 0,00 | 0,00 | – 639 717,42 | – 639 717,42 |
| PL | 0,00 | – 196 614,44 | 0,00 | – 196 614,44 |
| PT | 139 499,72 | 0,00 | – 1 067 365,09 | – 927 865,37 |
| RO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SI | 0,00 | – 1 057,53 | – 468,80 | – 1 526,33 |
| SK | 12 061,62 | 0,00 | 0,00 | 12 061,62 |
| FI | 0,00 | – 11 798,56 | – 3 262,59 | – 15 061,15 |
| SE | 0,00 | 0,00 | – 643 347,92 | – 643 347,92 |
| SE | 0,00 | – 27 015,43 | 0,00 | – 27 015,43 |
| UK | 0,00 | 0,00 | – 67 175,63 | – 67 175,63 |
| UK | 734 619,30 | 0,00 | 0,00 | 734 619,30 |

⁽¹⁾ As reduções e suspensões são as tidas em conta no sistema de pagamento, a que são acrescentadas, designadamente, as correções por incumprimento dos prazos de pagamento estabelecidos em agosto, setembro e outubro de 2013, e as correções da imposição no setor do leite.

⁽²⁾ Para o cálculo do montante a recuperar ou a pagar ao Estado-Membro, o montante considerado é o total da declaração anual, para as despesas apuradas (coluna a), ou o total das declarações mensais, no caso das despesas disjuntas (coluna b).

Taxa de câmbio aplicável: artigo 7.º, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 883/2006.

⁽³⁾ LO 05 07 01 06 a dividir entre as correções negativas transformadas em receitas afetadas na LO 67 01 e as positivas, a favor do Estado-Membro, a incluir no lado da despesa 05 07 01 06 nos termos do artigo 43.º do Regulamento (UE) n.º 1306/2013.

NB: Nomenclatura 2014: 05 07 01 06, 6701, 6702

ANEXO II

Apuramento das contas dos organismos pagadores**Exercício financeiro de 2013 — FEAGA****Lista dos organismos pagadores cujas contas são dissociadas e serão objeto de uma decisão de apuramento posterior**

| Estado-Membro | Organismo pagador |
|---------------|--|
| Bélgica | Bureau d'intervention et de restitution belge (BIRB) |
| Grécia | Payment and Control Agency for Guidance and Guarantee Community Aids (O.P.E.K.E.P.E) |
| Roménia | Paying and Intervention Agency for Agriculture (PIAA) |

DECISÃO DE EXECUÇÃO DA COMISSÃO**de 5 de maio de 2014****relativa à criação da Infraestrutura de Investigação Euro-Argo sob a forma de um Consórcio para uma Infraestrutura Europeia de Investigação (ERIC Euro-Argo)**

(2014/261/UE)

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 723/2009 do Conselho, de 25 de junho de 2009, relativo ao quadro jurídico comunitário aplicável ao Consórcio para uma Infraestrutura Europeia de Investigação (ERIC) ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 6.º, n.º 1, alínea a),

Considerando o seguinte:

- (1) A República Federal da Alemanha, a República Helénica, a República Francesa, a República Italiana, o Reino dos Países Baixos, a República da Finlândia e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte solicitaram à Comissão a criação da Infraestrutura de Investigação Euro-Argo sob a forma de um Consórcio para uma Infraestrutura Europeia de Investigação (ERIC Euro-Argo). O Reino da Noruega e a República da Polónia informaram da sua decisão de participar inicialmente no ERIC Euro-Argo na qualidade de observadores.
- (2) A República Francesa foi escolhida pela República Federal da Alemanha, a República Helénica, a República Italiana, o Reino dos Países Baixos, o Reino da Noruega, a República da Polónia, a República da Finlândia e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte como Estado-Membro de acolhimento do ERIC Euro-Argo.
- (3) As medidas previstas na presente decisão estão em conformidade com o parecer do Comité instituído pelo artigo 20.º do Regulamento (CE) n.º 723/2009,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

1. É estabelecida a Infraestrutura de Investigação Euro-Argo sob a forma de um Consórcio para uma Infraestrutura Europeia de Investigação (ERIC Euro-Argo).
2. Os Estatutos do ERIC Euro-Argo constam do anexo. Os referidos Estatutos devem ser mantidos atualizados e colocados à disposição do público no sítio *web* do ERIC Euro-Argo e na sua sede social.
3. Os elementos essenciais dos Estatutos cuja alteração exige a aprovação pela Comissão, nos termos do artigo 11.º, n.º 1, do Regulamento (CE) n.º 723/2009, são estabelecidos nos artigos 1.º, 3.º, 4.º, 13.º e 23.º a 31.º.

*Artigo 2.º*A presente decisão entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Feito em Bruxelas, em 5 de maio de 2014.

*Pela Comissão**O Presidente*

José Manuel BARROSO

⁽¹⁾ JO L 206 de 8.8.2009, p. 1.

ANEXO

ESTATUTOS DO ERIC Euro-Argo

A República Federal da Alemanha,

A República Helénica,

A República Francesa,

A República Italiana,

O Reino dos Países Baixos,

A República da Finlândia,

O Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte,

A seguir designados individualmente como «membro fundador» e coletivamente como «membros fundadores»,

e

O Reino da Noruega,

A República da Polónia,

A seguir designados individualmente como «observador fundador» e coletivamente como «observadores fundadores»,

CONSIDERANDO QUE as alterações climáticas são um dos problemas mais prementes do século XXI, que é necessário compreender e prever as alterações tanto a nível da atmosfera como dos oceanos a fim de orientar as ações internacionais e otimizar as políticas dos governos em matéria de alterações climáticas e que essa compreensão exige conjuntos de dados mundiais da mais elevada qualidade;

CONSIDERANDO QUE as observações *in situ* dos oceanos necessárias, que devem ser mantidas durante longos períodos de tempo, estão fora do alcance de países e equipas de investigação internacionais a título individual, foi criado o Sistema Global de Observação dos Oceanos Argo a fim de responder a este desafio, o qual constitui a primeira rede global para a observação *in situ* dos oceanos em toda a história da oceanografia, proporcionando um complemento essencial aos sistemas de satélites;

CONSIDERANDO QUE o sucesso num empreendimento desta importância apenas seria possível com um nível muito elevado de cooperação internacional, o Consórcio Euro-Argo desenvolverá e consolidará a componente europeia da rede global. Os interesses europeus específicos exigem também uma maior recolha de amostras em alguns mares regionais. Em termos gerais, a Infraestrutura Euro-Argo deveria ser composta por cerca de 800 flutuadores que estariam operacionais a qualquer momento. A manutenção de um tal sistema implica que a Europa deve lançar cerca de 250 flutuadores por ano;

CONSIDERANDO QUE a Infraestrutura de Investigação Euro-Argo reforçará a excelência e as competências europeias no domínio da investigação climática e estabelecerá um elevado nível de cooperação entre os parceiros europeus em todos os aspetos de implementação: operação no mar, monitorização e evolução da rede, desenvolvimentos tecnológicos e científicos, melhoria do acesso a dados para fins de investigação e para o GMES/Serviço de Monitorização Marinha Copernicus e coordenação da contribuição europeia para a gestão internacional do Programa Argo;

DESEJANDO QUE as atuais modalidades de cooperação sejam transferidas para um órgão com personalidade jurídica distinta da dos seus membros a fim de reforçar a cooperação e a colaboração e de permitir à Infraestrutura Euro-Argo celebrar contratos em nome próprio, incluindo a aquisição de flutuadores e outras propriedades, bens ou serviços, e complementar e reforçar a governação estabelecida pelo Programa Internacional Argo;

SOLICITANDO à Comissão Europeia o estabelecimento da Infraestrutura Euro-Argo sob a forma de um Consórcio para uma Infraestrutura Europeia de Investigação (ERIC Euro-Argo),

ACORDARAM NAS SEGUINTES DISPOSIÇÕES:

CAPÍTULO 1

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Denominação e sede

1. O nome do consórcio é ERIC Euro-Argo, sendo integrado sob a forma de um Consórcio para uma Infraestrutura Europeia de Investigação e seguidamente designado «ERIC Euro-Argo».
2. A sede social do ERIC Euro-Argo está localizada em Plouzané, França («sede social»).
3. O Conselho deve considerar, pelo menos de cinco em cinco anos, se a sede social deve permanecer em França ou ser transferida para o território de outro membro.
4. Os requisitos e procedimentos para o estabelecimento e transferência da sede social são definidos num documento separado intitulado «Procedimentos de Trabalho Internos».

Artigo 2.º

Descrição da infraestrutura

1. O Consórcio Euro-Argo é constituído por uma infraestrutura central que é detida e controlada pelo ERIC Euro-Argo (a «infraestrutura central»). A infraestrutura central coordena as atividades Euro-Argo ao abrigo de modalidades acordadas com entidades jurídicas e instalações nacionais independentes distribuídas.
2. Os Estatutos são apenas aplicáveis à infraestrutura central.

Artigo 3.º

Objetivos e tarefas

1. O objetivo do ERIC Euro-Argo é o desenvolvimento de um sistema de monitorização global dos oceanos a longo prazo que permita uma melhor compreensão e previsão da evolução dos oceanos e do seu papel no sistema climático.
2. O ERIC Euro-Argo coordena e reforça a contribuição europeia para o Programa Internacional Argo, conforme aprovado pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM). Os objetivos específicos do ERIC Euro-Argo são:
 - a) Fornecer, lançar e explorar uma rede de cerca de 800 flutuadores que contribuem para uma rede global (uma contribuição europeia de 1/4 da rede global);
 - b) Assegurar uma cobertura adicional nos mares regionais europeus;
 - c) Desenvolver a infraestrutura (por exemplo, melhorando a tecnologia de flutuadores e implantando novos sensores, melhorando o tratamento de dados e o sistema de distribuição) e
 - d) Proporcionar dados de qualidade controlada e o acesso aos conjuntos de dados e produtos de dados para fins científicos (clima e oceanografia) e operacionais (por exemplo, Programa Europeu de Monitorização da Terra (GMES)/Serviço de Monitorização Marinha Copernicus).

Artigo 4.º

Atividades

1. O ERIC Euro-Argo deve:
 - a) Supervisionar o funcionamento da infraestrutura e assegurar que esta evolua em conformidade com os requisitos estabelecidos pelas comunidades científicas e operacionais;
 - b) Coordenar e supervisionar o lançamento de flutuadores a fim de assegurar o cumprimento dos objetivos do Programa Internacional Argo e do Consórcio Euro-Argo (por exemplo, contribuição para a rede global internacional Argo, colmatando lacunas, melhorando a cobertura regional no que diz respeito aos mares europeus regionais e marginais e ao acesso aberto aos dados);

- c) Supervisionar e organizar o processamento de dados, o controlo da qualidade e o acesso a fim de garantir a sua disponibilização fácil e em tempo útil a todos os utilizadores;
 - d) Monitorizar o funcionamento da infraestrutura (por exemplo, monitorização do desempenho da rede);
 - e) Decidir sobre a evolução da Infraestrutura Euro-Argo (por exemplo, sistema de dados, produtos, tecnologias e novos sensores, número de flutuadores lançados por ano);
 - f) Partilhar os conhecimentos sobre todos os desenvolvimentos científicos/tecnológicos e utilização dos dados do Programa Internacional Argo;
 - g) Organizar o concurso para a aquisição de flutuadores a nível europeu;
 - h) Realizar os trabalhos contínuos de investigação e desenvolvimento necessários para a evolução da rede de observação (por exemplo, tecnologia de flutuadores) e o sistema de transmissão de dados;
 - i) Manter as ligações com as comunidades de utilizadores científicos e operacionais (incluindo o GMES/Serviço de Monitorização Marinha Copernicus) e
 - j) Estabelecer a ligação com a Infraestrutura Internacional Argo (Gabinete de Projeto Argo, Equipa de Direção Argo Internacional, Centro de Informação Argo). A infraestrutura europeia complementará e reforçará a infraestrutura internacional; consolidará e tornará mais eficientes as contribuições europeias para o Programa Internacional Argo e assumirá um papel de liderança europeia no âmbito do Programa Internacional Argo e na sua futura evolução.
2. No âmbito das suas atividades, o ERIC Euro-Argo deve:
- a) Apoiar o acesso ao ERIC Euro-Argo por parte das comunidades científicas e operacionais europeias e internacionais;
 - b) Contribuir para o desenvolvimento da investigação científica e
 - c) Abordar temas científicos relevantes para o Programa Internacional Argo.
3. O ERIC Euro-Argo pode desenvolver algumas atividades económicas limitadas, desde que estas estejam estreitamente relacionadas com as suas tarefas e atividades enumeradas no presente artigo e não ponham em causa a realização das mesmas.
4. O ERIC Euro-Argo pode delegar qualquer uma das suas atividades nos seus membros e observadores ou em terceiros.
5. As atividades do ERIC Euro-Argo devem desenvolver-se sem prejuízo das atividades e missões dos seus membros e observadores e as suas tarefas e atividades não obstam à realização de atividades similares geridas por um membro ou observador, quer de modo independente quer em cooperação bilateral ou multilateral

CAPÍTULO 2

MEMBROS E OBSERVADORES

Artigo 5.º

Membros e observadores

1. O ERIC Euro-Argo é constituído por membros e observadores. Estes estão vinculados pelos Procedimentos de Trabalho Internos aprovados pelo Conselho. Os membros fundadores e os observadores fundadores do ERIC Euro-Argo na data da entrada em vigor dos presentes Estatutos estão enumerados no anexo.
2. O anexo é atualizado pelo Gestor do Programa ERIC Euro-Argo após revogação ou cessação do estatuto de membro ou de observador ou após a admissão de membros ou observadores pelo Conselho. As alterações à lista de membros e observadores do ERIC Euro-Argo não exigem uma alteração formal dos Estatutos.

Artigo 6.º

Membros

1. Os membros são Estados e organizações intergovernamentais. Podem ser representados por uma ou mais entidades públicas, incluindo regiões ou entidades privadas com uma missão de serviço público, no que diz respeito ao exercício de direitos específicos e ao cumprimento de obrigações especificadas que lhes incumbem como membros do ERIC Euro-Argo. Cada membro deve falar a uma só voz.
2. Os membros devem informar o Conselho sobre a nomeação de qualquer entidade que os represente, bem como sobre os direitos que essa entidade terá ou as obrigações que irá assumir. Os membros devem informar imediatamente o Conselho de quaisquer alterações.

*Artigo 7.º***Observadores**

1. Os observadores são Estados e organizações intergovernamentais. Podem ser representados por uma ou mais entidades públicas, incluindo regiões ou entidades privadas com uma missão de serviço público, no que diz respeito ao exercício dos direitos especificados e ao cumprimento das obrigações especificadas enquanto observadores do ERIC Euro-Argo.
2. Os observadores devem informar o Conselho sobre a nomeação de qualquer entidade que os represente, bem como sobre os direitos que essa entidade terá ou as obrigações que irá assumir. Os observadores devem informar imediatamente o Conselho de quaisquer alterações.
3. Os observadores têm o direito de participar em todas as reuniões do Euro-Agro ERIC sem direito de voto.
4. Os observadores têm o direito de participar no ERIC Euro-Argo e de contribuir para o mesmo. Têm acesso aos serviços e conhecimentos especializados do ERIC Euro-Argo e recebem apoio do mesmo.
5. Os Estados-Membros, países associados, países terceiros e organizações intergovernamentais que desejem ser admitidos como observadores devem aderir aos Estatutos mediante a celebração de um acordo de adesão escrito.
6. A admissão e expulsão de observadores estão sujeitas a uma decisão do Conselho.
7. Um observador pode, conforme estabelecido no artigo 20.º, retirar-se do ERIC Euro-Argo no final de cada exercício financeiro mediante notificação escrita enviada ao Gestor do Programa com uma antecedência mínima de um ano relativamente à data da retirada prevista. O Conselho regista formalmente a retirada e as respetivas consequências para o ERIC Euro-Argo.

*Artigo 8.º***Admissão de um membro**

Os membros do ERIC Euro-Argo são Estados-Membros da União Europeia, Estados membros que não sejam Estados-Membros da União Europeia (países associados ou países terceiros) ou organizações intergovernamentais e deve haver permanentemente como membros, pelo menos, um Estado-Membro da União Europeia e dois outros países que sejam Estados Membros ou países associados. Os Estados-Membros, países associados, países terceiros ou organizações intergovernamentais que desejem ser admitidos como membros devem aderir aos Estatutos mediante a celebração de um acordo de adesão escrito. A admissão de novos membros está sujeita a uma decisão do Conselho.

*Artigo 9.º***Retirada de um membro**

1. Após um período de quatro anos a contar da data de entrada em vigor dos Estatutos, qualquer membro do ERIC Euro-Argo pode enviar uma notificação escrita ao Gestor do Programa indicando a sua intenção de se retirar do ERIC Euro-Argo. A data de retirada deve coincidir com o fim de um exercício financeiro, conforme definido no artigo 20.º, e a notificação escrita deve ser recebida pelo Gestor do Programa com uma antecedência mínima de um ano em relação à data proposta para a retirada.
2. O Conselho regista formalmente a retirada e as respetivas consequências para o ERIC Euro-Argo.
3. O Conselho determina se o membro tem direito a receber algum montante quando da sua retirada. Se for esse o caso, o Conselho determina o valor dos direitos e obrigações do membro, tomando em consideração os ativos e passivos do ERIC Euro-Argo existentes à data em que esse membro deixe de fazer parte do mesmo.
4. Em caso algum pode o direito em questão no momento da retirada ser superior à contribuição dada pelo membro nos cinco anos anteriores, excluindo as quotizações.
5. Nenhum membro que se retire do ERIC Euro-Argo pode reclamar qualquer montante relativo a quotizações e «goodwill».

*Artigo 10.º***Expulsão de um membro**

1. Qualquer membro do ERIC Euro-Argo pode ser expulso caso se encontre em situação de incumprimento das suas obrigações ao abrigo dos Estatutos ou cause ou possa vir a causar uma perturbação grave no funcionamento do ERIC Euro-Argo, conforme determinado pelo Conselho. A decisão de expulsão de um membro é tomada pelo Conselho, após ser dada ao membro em causa a oportunidade de se pronunciar sobre a proposta de decisão e de apresentar a sua posição ao Conselho.
2. O Conselho determina, em conformidade com o disposto no artigo 9.º, os direitos do membro até à data em que este deixa de ser membro do ERIC Euro-Argo.

CAPÍTULO 3

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS MEMBROS*Artigo 11.º***Direitos de voto**

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 2, cada membro tem direito a, pelo menos, seis votos. Cada membro dispõe de um voto adicional por cada flutuador adquirido e lançado por si ou em seu nome durante um período de três anos civis anteriores ao exercício financeiro no qual a reunião é realizada, independentemente da sua filiação ao ERIC Euro-Argo. O número de flutuadores é determinado com base nas notificações oficiais feitas através do Centro de Informação Argo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) e inclui a aquisição e lançamento de flutuadores durante os três exercícios financeiros anteriores à criação do ERIC Euro-Argo. Durante os primeiros três anos de funcionamento do ERIC Euro-Argo, o período de três anos anterior ao exercício financeiro no qual é realizada a reunião inclui os anos civis anteriores à criação do ERIC Euro-Argo.
2. Os Estados-Membros ou países associados detêm conjuntamente a maioria dos direitos de voto no Conselho. O Conselho decide da qualquer alteração dos direitos de voto necessária a fim de assegurar o cumprimento deste requisito por parte do ERIC Euro-Argo.

*Artigo 12.º***Contribuições**

1. Os recursos necessários para atingir os objetivos do ERIC Euro-Argo e garantir a sustentabilidade do mesmo ficam a cargo dos membros e observadores, em conformidade com o disposto nos presentes Estatutos e conforme determinado pelo Conselho. As contribuições para os cinco primeiros anos do ERIC Euro-Argo após a entrada em vigor dos Estatutos são definidas numa Descrição Científica e Técnica do ERIC Euro-Argo apensa aos presentes estatutos e que não é parte integrante dos mesmos.
2. O Conselho decide anualmente sobre a contribuição mínima exigida aos membros e observadores, com uma antecedência de dois anos (ou seja, as decisões tomadas no ano n são aplicáveis ao ano n+2). A moeda em que devem ser entregues as contribuições é o euro.
3. As contribuições dos membros e observadores relacionadas com os custos de funcionamento não estão sujeitas a IVA.
4. Se o Conselho determinar que existe um desequilíbrio significativo e permanente entre a utilização proporcional da instalação pela comunidade científica de um membro e a contribuição desse mesmo membro, o Conselho tem o direito de limitar essa utilização, a não ser que o membro aceite um reajustamento adequado das taxas de contribuição fixadas no n.º 2 do presente artigo.

*Artigo 13.º***Responsabilidade dos membros**

1. A responsabilidade dos membros relativamente às dívidas e passivos do ERIC Euro-Argo, qualquer que seja a sua natureza, está limitada à contribuição anual de cada membro.
2. O ERIC Euro-Argo deve subscrever e manter um seguro adequado para cobrir os riscos relacionados com o seu funcionamento.

CAPÍTULO 4

GOVERNAÇÃO E GESTÃO DO ERIC Euro-Argo*Artigo 14.º***Governança**

A estrutura de governação do ERIC Euro-Argo é constituída pelos seguintes órgãos, com as competências estabelecidas nas alíneas a) a d):

- a) O Conselho, como órgão com autoridade para tomar decisões em última instância;
- b) O Comité de Gestão como órgão responsável pela supervisão do funcionamento do ERIC Euro-Argo e por garantir a sua evolução e funcionamento em conformidade com as orientações estratégicas definidas pelo Conselho e com os requisitos estabelecidos pelas comunidades científicas e operacionais;

- c) O Gestor do Programa nomeado pelo Conselho, como diretor executivo e representante legal do ERIC Euro-Argo e
- d) O Grupo Consultivo Científico e Técnico (STAG) responsável por aconselhar o Conselho sobre questões científicas e técnicas.

Artigo 15.º

O Conselho

1. O Conselho é o único órgão do ERIC Euro-Argo com competência para pôr termo ao Consórcio.
2. O Conselho define as grandes orientações estratégicas do ERIC Euro-Argo e a sua evolução. Examina e aprova o plano de trabalho anual e as propostas, apresentadas pelo Comité de Gestão, sobre a atribuição dos fundos recebidos da União Europeia e dos membros, observadores e terceiros. Toma todas as decisões relativas a grandes investimentos, tais como edifícios e equipamentos de grandes dimensões a nível europeu. Decide sobre a abertura de lugares, ou sobre a designação de pessoal destacado, para o Gabinete do Programa.
3. O Conselho decide sobre a composição dos membros do ERIC Euro-Argo, incluindo a admissão de membros e a retirada ou exclusão de membros.
4. O Conselho nomeia o Gestor do Programa mediante proposta do Comité de Gestão.
5. O Conselho nomeia os membros do Grupo Consultivo Científico e Técnico (STAG) e estabelece o mandato para os seus trabalhos, sob proposta do Comité de Gestão.
6. O Presidente pode convidar as principais partes interessadas a participar nas reuniões do Conselho.
7. Cada membro é representado por um delegado. Os observadores podem assistir às reuniões do Conselho e são representados por um delegado. Cada delegado pode ser acompanhado por peritos.
8. O Conselho elege o seu Presidente de entre os seus membros, por maioria qualificada e por um período de três anos, renovável uma vez por um novo período de três anos. O Vice-Presidente do Conselho é eleito por maioria qualificada para desempenhar as funções do Presidente em caso de ausência do mesmo.
9. O Conselho toma as suas decisões por maioria simples, maioria qualificada ou unanimidade do seguinte modo:
 - a) Decisão por maioria simples dos presentes:
 - i) aprovação das contas anuais,
 - ii) aprovação do relatório anual de atividades do Gestor do Programa,
 - iii) nomeação de auditores financeiros,
 - iv) nomeação do Comité de Gestão,
 - v) nomeação do STAG e
 - vi) todas as outras decisões em que não seja expressamente exigida maioria qualificada ou unanimidade;
 - b) Decisão por maioria de dois terços dos detentores de direitos de voto presentes ou representados, e que representem dois terços dos direitos de voto (maioria qualificada):
 - i) aprovação do orçamento anual,
 - ii) proposta de alteração dos Estatutos,
 - iii) eleição do Presidente do Conselho,
 - iv) nomeação do Gestor do Programa,
 - v) determinação do procedimento e dos termos de adesão de novos membros e observadores,
 - vi) admissão de membros,
 - vii) admissão de observadores,
 - viii) estabelecimento, alteração e aprovação dos Procedimentos de Trabalho Internos,
 - ix) decisão sobre as contribuições mínimas devidas pelos membros e observadores, e respetiva alteração,

- x) determinação da modificação dos direitos de voto necessária para assegurar a conformidade do ERIC Euro-Argo com as disposições do artigo 11.º,
 - xi) estabelecimento e alteração dos métodos e das licenças no que diz respeito à exploração de direitos de propriedade intelectual,
 - xii) transferência do endereço oficial e do endereço da sede social e dos escritórios do ERIC Euro-Argo para outro Estado-Membro da União Europeia ou país associado,
 - xiii) dissolução do ERIC Euro-Argo e
 - xiv) continuação ou termo do ERIC Euro-Argo;
- c) Decisão por unanimidade, com exceção do membro em causa, no que diz respeito à expulsão de um membro.
10. Os membros acordam em estar vinculados pelas disposições dos Procedimentos de Trabalho Internos em matéria de votação por procuração, representação nas reuniões e quórum.
11. O Conselho é normalmente convocado uma vez por ano pelo seu Presidente para reunir no local em que o ERIC Euro-Argo está registado, ou noutro local determinado pelo Presidente.
12. A reunião do Conselho tem lugar o mais tardar dois meses após o envio aos membros das contas anuais do exercício anterior.
13. O Presidente pode, se necessário, decidir convocar reuniões extraordinárias em qualquer momento ou caso receba, por escrito, um pedido nesse sentido da parte do Gestor do Programa ou de, pelo menos, um terço dos membros.
14. Os membros acordam em estar vinculados pelas disposições dos Procedimentos de Trabalho Internos no que diz respeito à convocação e organização de reuniões, ordens de trabalhos, atas e outras disposições conexas.

Artigo 16.º

Comité de Gestão

1. O Comité de Gestão é o órgão responsável pela supervisão do funcionamento do ERIC Euro-Argo e por garantir a sua evolução e funcionamento em conformidade com as orientações estratégicas definidas pelo Conselho e com os requisitos estabelecidos pelas comunidades científicas e operacionais.
2. O Comité de Gestão valida o plano de trabalho anual elaborado pelo Gestor do Programa e submete-o à aprovação do Conselho. Prepara e apresenta ao Conselho propostas relativas ao orçamento anual e à afetação dos fundos recebidos da União Europeia e dos fundos ou quotizações recebidos dos membros, observadores e terceiros.
3. O Comité de Gestão valida todas as ações necessárias adotadas pelo Gestor do Programa relacionadas com a implementação do plano de trabalho anual, o funcionamento do ERIC Euro-Argo, nomeadamente a estratégia relativa a concursos para aquisição de flutuadores e ao respetivo lançamento, e as suas relações com o Programa Internacional Argo e instituições europeias relevantes.
4. O Comité de Gestão é constituído por delegados designados pelos membros. Cada membro tem o direito de designar um delegado e um suplente.
5. O Gestor do Programa e o Presidente do STAG têm direito a participar, a título consultivo, nas reuniões do Comité de Gestão.
6. Os observadores têm o direito de participar ou estar representados no Comité de Gestão, sem direito de voto.
7. O Presidente pode convidar peritos e outras pessoas especialmente qualificadas nas matérias a debater, sem que estas tenham direito de voto.
8. O Conselho elege o seu Presidente de entre os seus membros, por maioria qualificada dos seus membros e por um período de três anos, renovável uma vez por um novo período de três anos. O Vice-Presidente é eleito por maioria qualificada do Comité de Gestão para desempenhar as funções do Presidente em caso de ausência do mesmo.
9. Cada membro tem os direitos de voto estabelecidos no artigo 11.º.

10. Os membros estão vinculados pelas disposições dos Procedimentos de Trabalho Internos em matéria de votação por procuração, representação nas reuniões e quórum.
11. O Comité de Gestão é normalmente convocado uma vez por ano pelo seu Presidente para reunir no local em que o ERIC Euro-Argo está registado, ou noutro local determinado pelo Presidente.
12. O Presidente pode decidir, se necessário, convocar reuniões extraordinárias em qualquer momento ou caso receba, por escrito, um pedido nesse sentido da parte do Gestor do Programa ou de, pelo menos, um terço dos membros.
13. A reunião do Comité de Gestão tem lugar o mais tardar dois meses após o envio aos membros das contas anuais do exercício anterior.
14. Os membros estão vinculados pelas disposições dos Procedimentos de Trabalho Internos no que diz respeito à convocação e organização de reuniões, ordens de trabalhos, atas e outras disposições conexas.

Artigo 17.º

Gestor do Programa

1. O Gestor do Programa é responsável pela execução das decisões e programas validados pelo Comité de Gestão e aprovados pelo Conselho. O Gestor do Programa é designado pelo Conselho e responde perante este.
2. O Gestor do Programa deve tomar todas as medidas necessárias para a execução do plano de trabalho anual e a administração e gestão correntes do ERIC Euro-Argo. Estas funções incluem nomeadamente:
 - a) A facilitação do acesso ao ERIC Euro-Argo e aos seus dados pelas comunidades científicas e operacionais;
 - b) O planeamento, coordenação e supervisão do lançamento de flutuadores;
 - c) A organização de concursos para a aquisição de flutuadores a nível europeu;
 - d) A administração corrente do ERIC Euro-Argo;
 - e) A elaboração de um relatório anual de atividades, bem como de um relatório anual de gestão;
 - f) A supervisão de todas as questões orçamentais e a aprovação das despesas;
 - g) A preparação do relatório orçamental anual e da proposta de planos orçamentais;
 - h) A coordenação das atividades do pessoal do ERIC Euro-Argo e do pessoal nele destacado;
 - i) A supervisão do Gabinete do Programa e
 - j) O estabelecimento e a manutenção de ligações com as comunidades de utilizadores científicos e operacionais (GMES/Copernicus).
3. O Gestor do Programa representa o ERIC Euro-Argo na estrutura de governação do Programa Internacional Argo (Equipa de Direção Argo Internacional) sem prejuízo da representação nacional dos membros.
4. O Gestor do Programa está autorizado a assinar com terceiros contratos e acordos juridicamente vinculativos em nome do ERIC Euro-Argo.
5. O Gestor do Programa assiste o Presidente do Comité de Gestão na preparação das reuniões do Comité de Gestão.
6. É criado um Gabinete de Programa para fins de assistência ao Gestor do Programa e à gestão corrente do ERIC Euro-Argo, incluindo, sem limitação, o arquivo do correio e correspondência, o arquivo de documentos, a organização de viagens, a organização de reuniões e a elaboração de relatórios e documentos financeiros.

*Artigo 18.º***Grupo Consultivo Científico e Técnico (STAG)**

1. O STAG, na qualidade de órgão consultivo composto por peritos independentes, é criado para aconselhar o Conselho sobre matérias científicas ou técnicas, incluindo a gestão de dados e os instrumentos relevantes para o funcionamento, desenvolvimento e evolução do ERIC Euro-Argo e o acesso aos seus dados por parte dos utilizadores científicos e operacionais. O Comité de Gestão pode solicitar, através do Conselho, que o STAG considere e formule recomendações sobre questões que deve abordar. O mandato do STAG, proposto pelo Comité de Gestão e aprovado pelo Conselho, é estabelecido nos Procedimentos de Trabalho Internos.
2. O STAG apresenta recomendações ao Conselho sobre aspetos científicos e técnicos e orientações do ERIC Euro-Argo tomando em consideração o contexto europeu e internacional.

CAPÍTULO 5

FINANÇAS*Artigo 19.º***Recursos**

Os recursos do ERIC Euro-Argo são decididos pelo Conselho em conformidade com o disposto no artigo 15.º, n.º 2, e podem ser constituídos por:

- a) Quotizações anuais dos membros e observadores;
- b) Contribuições adicionais dos membros ou observadores;
- c) Remuneração de serviços prestados a terceiros pelo ERIC Euro-Argo e por direitos ou receitas decorrentes da exploração por terceiros de direitos de propriedade intelectual detidos e/ou licenciados pelo ERIC Euro-Argo;
- d) Subvenções para atividades específicas do ERIC Euro-Argo em conformidade com o disposto no título VI do Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽¹⁾;
- e) Outras subvenções e
- f) Recursos adicionais recebidos, quer em espécie quer em numerário, nos limites e termos aprovados pelo Conselho.

*Artigo 20.º***Princípios orçamentais, contas e auditoria**

1. O exercício financeiro do ERIC Euro-Argo tem início em 1 de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano («exercício financeiro»).
2. Todas as receitas e despesas do ERIC Euro-Argo são objeto de previsões para cada exercício financeiro e inscritas no orçamento.
3. O ERIC Euro-Argo inscreve separadamente as despesas e receitas das suas atividades económicas e cobra por essas atividades preços de mercado ou, se estes não puderem ser determinados, preços que cobrem os custos totais acrescidos de uma margem razoável.
4. O Conselho garante que as contribuições sejam utilizadas em conformidade com os princípios da boa gestão financeira.
5. O orçamento é elaborado, executado e objeto de uma prestação de contas no respeito do princípio da transparência.
6. As contas do ERIC Euro-Argo são acompanhadas de um relatório sobre a gestão orçamental e financeira do exercício financeiro anterior.

⁽¹⁾ JO L 298 de 26.10.2012, p. 1.

7. O ERIC Euro-Argo está sujeito aos requisitos do direito e da regulamentação aplicáveis no país de acolhimento no que se refere à preparação, depósito, auditoria e publicação das contas.

Artigo 21.º

Impostos

As isenções do IVA ao abrigo do artigo 143.º, n.º 1, alínea g), e do artigo 151.º, n.º 1, alínea b), da Diretiva 2006/112/CE do Conselho ⁽¹⁾ são aplicáveis a aquisições efetuadas pelo ERIC Euro-Argo para as suas atividades não económicas e não para as atividades económicas realizadas. As isenções do IVA são aplicáveis a aquisições efetuadas para fins de atividades científicas, técnicas e administrativas do ERIC Euro-Argo em consonância com os seus objetivos. Nestas se incluem as despesas de acolhimento do ERIC Euro-Argo para uso oficial e despesas com conferências, *workshops* e reuniões realizadas pelo ERIC Euro-Argo e diretamente ligadas às suas atividades não económicas. No entanto, as despesas de deslocação e de acolhimento não podem beneficiar de isenção de IVA e as aquisições de montante inferior a 300 EUR não são consideradas para fins de isenção do IVA.

CAPÍTULO 6

RELAÇÕES COM A COMISSÃO EUROPEIA

Artigo 22.º

Comunicação de informações à Comissão

1. O ERIC Euro-Argo elabora um relatório de atividades anual que abrange em especial os aspetos científicos, operacionais e financeiros das suas atividades. O relatório é aprovado pelo Conselho e enviado à Comissão Europeia e às autoridades públicas competentes no prazo de seis meses após o termo do exercício financeiro correspondente. O referido relatório deve ser tornado público.
2. O ERIC Euro-Argo e os Estados-Membros em causa devem informar a Comissão Europeia de quaisquer circunstâncias que possam comprometer gravemente a realização das tarefas do ERIC Euro-Argo ou prejudicar a sua capacidade para satisfazer as condições fixadas no regulamento.
3. Caso não possa, em qualquer momento da sua existência, proceder ao pagamento das suas dívidas, o ERIC Euro-Argo deve informar imediatamente do facto a Comissão.

Artigo 23.º

Alterações aos Estatutos

1. As propostas de alteração dos Estatutos são decididas pelo Conselho.
2. Em conformidade com o procedimento previsto no artigo 11.º do regulamento, o Conselho deve apresentar à Comissão Europeia qualquer alteração proposta aos Estatutos.
3. Os Estatutos devem sempre respeitar o regulamento e todos os outros atos relevantes do direito da União Europeia.

CAPÍTULO 7

POLÍTICAS

Artigo 24.º

Direitos de propriedade intelectual

1. Todos os direitos de propriedade intelectual produzidos, gerados, obtidos ou desenvolvidos pelo ERIC Euro-Argo no decurso das suas atividades são detidos pelo ERIC Euro-Argo.
2. Sob reserva dos termos de eventuais contratos ou subcontratos celebrados entre o ERIC Euro-Argo e membros, observadores ou entidades que os representem, todos os direitos de propriedade intelectual criados, gerados, obtidos ou desenvolvidos por um membro, observador ou entidade que o representa são detidos por esse membro, observador ou entidade que o representa.

⁽¹⁾ JO L 347 de 11.12.2006, p. 1.

3. O ERIC Euro-Argo concede aos membros uma licença e direitos perpétuos, irrevogáveis, não-exclusivos e isentos de *royalties* à escala mundial para a utilização, publicação, desenvolvimento, cópia ou adaptação de quaisquer direitos de propriedade intelectual detidos pelo ERIC Euro-Argo, para qualquer efeito, durante todo o período de vigência dos referidos direitos, incluindo esses direitos e licença o direito de concessão de sublicenças ou outra forma de transferência de parte ou da totalidade dos referidos direitos para terceiros.
4. Os direitos de propriedade intelectual detidos pelo ERIC Euro-Argo são identificados, protegidos, geridos e mantidos pelo Gestor do Programa.
5. No que se refere às questões de propriedade intelectual, as relações entre os membros são regidas pelo direito nacional dos membros e por acordos internacionais em que os membros sejam partes.

Artigo 25.º

Política em matéria de dados e de acesso dos utilizadores

1. Em conformidade com a política em matéria de dados do Programa Internacional Argo, o acesso aos dados do ERIC Euro-Argo deve ser concedido a título gratuito a qualquer pessoa ou agência.
2. As agências nos Estados-Membros devem envidar esforços razoáveis para acolher nos seus laboratórios cientistas, engenheiros e técnicos convidados para colaborações com as pessoas diretamente envolvidas nas atividades do ERIC Euro-Argo.

Artigo 26.º

Política em matéria de avaliação científica

1. A avaliação científica do relatório anual de atividades é da responsabilidade do STAG.
2. O STAG procede, de cinco em cinco anos, a uma análise das atividades e funcionamento do ERIC Euro-Argo, a qual pode envolver outros peritos independentes no processo de análise conforme necessário, e presta contas ao Conselho.

Artigo 27.º

Política em matéria de difusão

1. A difusão de dados deve ser efetuada quer em «*modo pull*», ou seja, por descarregamento dos sítios Web dos centros de dados, quer em «*modo push*», mediante o qual serão regularmente fornecidos ficheiros de dados à Organização Meteorológica Mundial (OMM), ao Sistema Mundial de Telecomunicações (GTS), aos Centros de Dados do Programa Internacional Argo, à Rede Europeia de Observação e de Dados do Meio Marinho (EMODnet), ao Serviço de Monitorização Marinha Copernicus e a utilizadores específicos, mediante pedido.
2. Os utilizadores são incentivados a publicar os seus resultados em publicações científicas com análise inter pares, a apresentar comunicações em conferências científicas, bem como em outros meios de comunicação social destinados a públicos mais vastos incluindo, sem limitação, o público em geral, a imprensa, os grupos de cidadãos e o setor educativo.
3. O Gestor do Programa do ERIC Euro-Argo elabora um plano de comunicação a fim de visar os públicos adequados.
4. A utilização e a recolha de dados do ERIC Euro-Argo estão sujeitas aos direitos da União Europeia e ao direito nacional em matéria de privacidade dos dados.

Artigo 28.º

Política em matéria de emprego

A política em matéria de emprego é gerida pelo direito do Estado em que o ERIC Euro-Argo tem a sua sede social. Todos os processos de contratação e recrutamento devem processar-se de forma rigorosa e não discriminatória.

Artigo 29.º**Política em matéria de contratos**

1. A política do ERIC Euro-Argo em matéria de contratos deve ser transparente, não discriminatória e aberta à concorrência.
2. A política em matéria de contratos deve ser definida de forma pormenorizada nos Procedimentos de Trabalho Internos aprovados pelo Conselho.

CAPÍTULO 8**DURAÇÃO, DISSOLUÇÃO, LITÍGIOS****Artigo 30.º****Duração**

O ERIC Euro-Argo é instituído por um período inicial que termina em 31 de dezembro de 2020 e continuará a existir após essa data sujeito a decisões do Conselho.

Artigo 31.º**Dissolução**

1. O Conselho pode decidir a qualquer momento pôr fim e dissolver o ERIC Euro-Argo ou transferir as suas atividades para outra entidade jurídica.
2. Sem demora indevida após a adoção da decisão de dissolução pelo Conselho e, em qualquer caso, no prazo de dez dias após essa adoção, o ERIC Euro-Argo deve notificar a Comissão Europeia do facto. A Comissão Europeia publica essa informação num aviso adequado na série C do *Jornal Oficial da União Europeia*.
3. Sem demora indevida após o termo do processo de dissolução e, em qualquer caso, no prazo de dez dias após o seu encerramento, o ERIC Euro-Argo deve notificar a Comissão Europeia do facto. A Comissão Europeia publica essa informação num aviso adequado na série C do *Jornal Oficial da União Europeia*.
4. Caso em qualquer momento não possa proceder ao pagamento das suas dívidas, o ERIC Euro-Argo deve informar imediatamente a Comissão. A Comissão Europeia publica essa informação num aviso adequado na série C do *Jornal Oficial da União Europeia*.
5. Quaisquer ativos e passivos remanescentes após o pagamento das dívidas do ERIC Euro-Argo são distribuídos entre os membros proporcionalmente aos seus direitos de voto no momento da dissolução.
6. Os membros comprometem-se a providenciar o desmantelamento do ERIC Euro-Argo e o financiamento dos custos relevantes proporcionalmente aos seus direitos de voto no momento da dissolução sem prejuízo do disposto no artigo 13.º.
7. O ERIC Euro-Argo considera-se extinto no dia em que a Comissão Europeia publicar o respetivo aviso no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Artigo 32.º**Língua**

1. A língua de trabalho do ERIC Euro-Argo é o inglês.
2. Quando necessário, será utilizada uma das línguas oficiais do país de acolhimento do ERIC Euro-Argo para a comunicação com as autoridades do país de acolhimento.
3. Os presentes Estatutos fazem fé nas línguas inglesa, francesa e em todas as outras línguas oficiais da União Europeia. Nenhuma versão linguística tem prevalência.

*Artigo 33.º***Direito aplicável**

O ERIC Euro-Argo rege-se, por ordem de precedência, por:

- a) Direito da União Europeia, em particular o Regulamento (CE) n.º 723/2009 (Regulamento ERIC);
- b) Direito do Estado de acolhimento no caso de questões não abrangidas (ou apenas parcialmente abrangidas) pelo direito da União Europeia;
- c) Presentes Estatutos, adotados em conformidade com as fontes de direito supramencionadas e
- d) Regras de execução estabelecidas no respeito dos Estatutos.

*Artigo 34.º***Litígios**

1. Sob reserva das disposições previstas em quaisquer outros artigos dos Estatutos, em caso de litígio ou diferendo entre os membros, decorrentes dos Estatutos, ou com estes relacionados, incluindo o funcionamento ou desempenho do ERIC Euro-Argo ou o cumprimento pelos membros das obrigações que lhes incumbem ao abrigo dos Estatutos, o Conselho reúne-se logo que razoavelmente possível para consulta em boa fé e para procurar resolver o diferendo.
2. O Tribunal de Justiça da União Europeia é competente para conhecer de todos os litígios que oponham os membros em relação ao ERIC Euro-Argo, de litígios entre membros e o ERIC Euro-Argo e de qualquer litígio em que a União seja parte.
3. Em casos não abrangidos pela legislação da União Europeia, o direito do Estado em que o ERIC Euro-Argo tem a sua sede social determina a jurisdição competente para a resolução dos referidos litígios.

*Artigo 35.º***Versão consolidada dos Estatutos**

Os presentes Estatutos devem ser mantidos atualizados e colocados à disposição do público no sítio Web do ERIC Euro-Argo e na sua sede social. Qualquer alteração dos Estatutos deve ser claramente indicada numa nota que especifique se a alteração diz respeito a um elemento essencial ou não essencial dos Estatutos em conformidade com o disposto no artigo 11.º do Regulamento (CE) n.º 723/2009 e com o procedimento seguido para a sua adoção.

Anexo 1 — Lista dos membros e observadores

Os membros e as entidades que os representam são os seguintes:

1. A República Federal da Alemanha é representada pela Agência Federal Marítima e Hidrográfica a seguir designada «BSH» com sede em Bernhard-Nocht-Strasse 78, 20359 Hamburg, Alemanha;
2. A República Helénica é representada pelo Centro Helénico de Investigação Marinha com sede em 46,7 km Athens-Sounio Ave. PO Box 712 Anavyssos, Attica GR-190 13, Grécia;
3. A República Francesa é representada pelo Instituto de Investigação para a Exploração do Mar (IFREMER) — com sede em 155 rue Jean Jacques Rousseau, 92138 Issy-les-Moulineaux, França;
4. A República Italiana é representada pelo Instituto Nacional de Oceanografia e Geofísica Experimental (OGS) com sede em Borgo Grotta Gigante, 42/c 34010 Sgonico (Trieste), Itália;
5. Os Países Baixos são representados pelo Instituto Real de Meteorologia Neerlandês (KNMI), com sede em Wilhelminalaan 10, NL-3732 GK De Bilt, Países Baixos;

6. A República da Finlândia é representada pelo Ministério dos Transportes e das Comunicações, com sede social em PO Box 31, FI-00023 Government, Finlândia;
7. O Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte é representado pelo Serviço de Meteorologia, por conta e em nome do Secretário de Estado do Departamento de Empresas, Inovação e Competências do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, sendo o seu principal centro de atividades situado em Fitzroy Road, Exeter EX1 3PB.

Os observadores e as entidades que os representam são os seguintes:

1. O Reino da Noruega é representado pelo Instituto de Investigação Marinha (IMR), com sede em Nordnesgaten 50, 5005 Bergen, Noruega;
2. A República da Polónia é representada pelo Ministério da Ciência e Ensino Superior (MSHE), 20 Hoża Street 1/3 Wspólna Street 00-529 Warsaw, Polónia.

GLOSSÁRIO

| | |
|--|---|
| Conselho | O Conselho é composto pelos membros ou por uma (1) entidade representante devidamente nomeada ou um delegado de cada membro. |
| Maioria qualificada | Uma decisão só pode ser adotada com 2/3 de votos favoráveis dos presentes e se estes representarem 2/3 dos direitos de voto. |
| AEE | Agência Europeia do Ambiente. |
| ERIC | Consórcio para uma Infraestrutura Europeia de Investigação, conforme definido no regulamento. |
| ERIC Euro-Ergo | A entidade jurídica, objeto do Estatutos ERIC, criada para fins de coordenação do Programa Euro-Argo. |
| Infraestrutura Euro-Argo | As instalações europeias que contribuem para a realização do Programa Euro-Argo. |
| Programa Euro-Argo | As atividades dos membros e observadores para a realização dos objetivos do Programa Argo e a execução das decisões e programas validados pelo Comité de Gestão e aprovados pelo Conselho do ERIC Euro-Argo. |
| GMES/Copernicus | Programa Europeu de Monitorização da Terra, um programa da UE. |
| Direitos de propriedade intelectual | Todas as patentes, direitos de invenções, modelos de utilidade, direitos de autor e direitos conexos, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes de atividades comerciais e de domínios, direitos relativos a embalagens (ou seu revestimento ou formas de apresentação), direitos relativos a «goodwill» ou de intentar ações por contrafação, direitos em matéria de concorrência desleal, direitos sobre desenhos ou modelos, direitos sobre <i>software</i> informático, direitos sobre bases de dados, direitos topográficos, direitos morais, direitos sobre informações confidenciais (incluindo <i>know-how</i> e segredos comerciais e quaisquer outros direitos de propriedade intelectual, estejam ou não registados, e incluindo todos os pedidos de registo e de renovação desses direitos e todos os direitos similares ou formas de proteção equivalentes em qualquer parte do mundo. |
| Procedimentos de Trabalho Internos | Um documento aprovado pelo Conselho que define as regras de trabalho internas aplicáveis ao ERIC Euro-Argo. |
| Comité de Gestão | O Comité nomeado pelo Conselho e responsável pela supervisão do funcionamento do ERIC Euro-Argo. |
| Estados-Membros | Os Estados-Membros da União Europeia. |
| Membros | Os membros do ERIC Euro-Ergo nas condições definidas no artigo 6.º. |

| | |
|-----------------------------|--|
| Observadores | Os observadores do ERIC Euro-Ergo nas condições definidas no artigo 7.º. |
| Gestor do Programa | A pessoa do Eric Euro-Argo nomeada pelo Conselho e responsável pela adequada preparação e execução das decisões e programas validados pelo Comité de Gestão e aprovados pelo Conselho, conforme estabelecido no artigo 15.º. |
| Gabinete do Programa | O gabinete criado para fins de assistência ao Gestor do Programa e de apoio à gestão corrente do ERIC Euro-Argo. |
| Regulamento | O Regulamento (CE) n.º 723/2009 do Conselho, de 25 de junho de 2009, relativo ao quadro jurídico comunitário aplicável ao Consórcio para uma Infraestrutura Europeia de Investigação (ERIC) (JO L 206 de 8.8.2009, p. 1). |
| Maioria simples | Uma maioria dos presentes ou representados que detêm direitos de voto. |
| STAG | O Grupo Consultivo Científico e Técnico do ERIC Euro-Argo. Formula recomendações sobre aspetos científicos e técnicos e sobre as orientações do ERIC Euro-Argo. |

DECISÃO DE EXECUÇÃO DA COMISSÃO**de 7 maio de 2014****que determina a data de início do funcionamento do Sistema de Informação sobre Vistos (VIS) nas
décima segunda, décima terceira, décima quarta e décima quinta regiões**

(2014/262/UE)

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 767/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de julho de 2008, relativo ao Sistema de Informação sobre Vistos (VIS) e ao intercâmbio de dados entre os Estados-Membros sobre os vistos de curta duração (Regulamento VIS) ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 48.º, n.º 3,

Considerando o seguinte:

- (1) De acordo com a Decisão de Execução 2013/493/UE da Comissão ⁽²⁾, a décima segunda região em que deve começar a recolha e transmissão de dados ao Sistema de Informação sobre Vistos (VIS), relativamente a todos os pedidos, inclui a Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá; a décima terceira região inclui o Canadá, México e os Estados Unidos da América; a décima quarta região inclui a Antígua e Barbuda, Baamas, Barbados, Belize, Cuba, Domínica, República Dominicana, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trindade e Tobago; e a décima quinta região inclui a Austrália, Fiji, Quiribáti, Ilhas Marshall, Micronésia, Nauru, Nova Zelândia, Palau, Papua-Nova Guiné, Samoa, Ilhas Salomão, Timor-Leste, Tonga, Tuvalu e Vanuatu.
- (2) Os Estados-Membros notificaram à Comissão que aprovaram as disposições técnicas e jurídicas necessárias para recolher e transmitir ao VIS os dados referidos no artigo 5.º, n.º 1, do Regulamento (CE) n.º 767/2008, relativamente a todos os pedidos apresentados nestas regiões, incluindo as disposições para a recolha e/ou transmissão dos dados em nome de outro Estado-Membro.
- (3) Uma vez que está preenchida a condição estabelecida na primeira frase do artigo 48.º, n.º 3, do Regulamento (CE) n.º 767/2008, é necessário determinar a data em que o VIS iniciará o seu funcionamento nas décima segunda, décima terceira, décima quarta e décima quinta regiões.
- (4) Tendo em conta a necessidade de determinar num futuro muito próximo a data de entrada em funcionamento do VIS, a presente decisão deve entrar em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.
- (5) Uma vez que o Regulamento (CE) n.º 767/2008 desenvolve o acervo de Schengen, a Dinamarca notificou a transposição deste regulamento para o seu direito interno, em conformidade com o artigo 5.º do Protocolo relativo à posição da Dinamarca, anexo ao Tratado da União Europeia e ao Tratado que institui a Comunidade Europeia. Por conseguinte, a Dinamarca fica obrigada, por força do direito internacional, a dar execução à presente decisão.
- (6) A presente decisão constitui um desenvolvimento das disposições do acervo de Schengen nas quais o Reino Unido não participa, nos termos da Decisão 2000/365/CE do Conselho ⁽³⁾. Por conseguinte, o Reino Unido não fica vinculado pela presente decisão nem sujeito à sua aplicação.
- (7) A presente decisão constitui um desenvolvimento das disposições do acervo de Schengen nas quais a Irlanda não participa, nos termos da Decisão 2002/192/CE do Conselho ⁽⁴⁾. Por conseguinte, a Irlanda não fica vinculada pela presente decisão nem sujeita à sua aplicação.

⁽¹⁾ JO L 218 de 13.8.2008, p. 60.

⁽²⁾ Decisão de Execução 2013/493/EU da Comissão, de 30 de setembro de 2013, que determina o terceiro e último conjunto de regiões para o início do funcionamento do Sistema de Informação sobre Vistos (VIS) (JO L 268 de 10.10.2013, p. 13).

⁽³⁾ Decisão 2000/365/CE do Conselho, de 29 de maio de 2000, sobre o pedido do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte para participar em algumas das disposições do acervo de Schengen (JO L 131 de 1.6.2000, p. 43).

⁽⁴⁾ Decisão 2002/192/CE do Conselho, de 28 de fevereiro de 2002, sobre o pedido da Irlanda para participar em algumas das disposições do acervo de Schengen (JO L 64 de 7.3.2002, p. 20).

- (8) No que respeita à Islândia e à Noruega, a presente decisão constitui um desenvolvimento das disposições do acervo de Schengen, na aceção do Acordo celebrado pelo Conselho da União Europeia e a República da Islândia e o Reino da Noruega relativo à associação destes Estados à execução, à aplicação e ao desenvolvimento do acervo de Schengen ⁽¹⁾, que se insere no domínio a que se refere o artigo 1.º, ponto B, da Decisão 1999/437/CE do Conselho ⁽²⁾.
- (9) No que respeita à Suíça, a presente decisão constitui um desenvolvimento das disposições do acervo de Schengen, na aceção do Acordo entre a União Europeia, a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça relativo à associação da Confederação Suíça à execução, à aplicação e ao desenvolvimento do acervo de Schengen ⁽³⁾, que se insere no domínio referido no artigo 1.º, ponto B, da Decisão 1999/437/CE, conjugado com o artigo 3.º da Decisão 2008/146/CE do Conselho ⁽⁴⁾.
- (10) No que respeita ao Liechtenstein, a presente decisão constitui um desenvolvimento das disposições do acervo de Schengen, na aceção do Protocolo entre a União Europeia, a Comunidade Europeia, a Confederação Suíça e o Principado do Liechtenstein relativo à adesão do Principado do Liechtenstein ao Acordo entre a União Europeia, a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça relativo à associação da Confederação Suíça à execução, à aplicação e ao desenvolvimento do acervo de Schengen ⁽⁵⁾, que se insere no domínio referido no artigo 1.º, ponto B, da Decisão 1999/437/CE, em conjugação com o artigo 3.º da Decisão 2011/350/UE do Conselho ⁽⁶⁾.
- (11) No que respeita a Chipre, a presente decisão constitui um ato baseado no acervo de Schengen ou de algum modo com ele relacionado, na aceção do artigo 3.º, n.º 2, do Ato de Adesão de 2003.
- (12) No que respeita à Bulgária e à Roménia, a presente decisão constitui um ato baseado no acervo de Schengen ou de algum modo com ele relacionado, na aceção do artigo 4.º, n.º 2, do Ato de Adesão de 2005.
- (13) No que respeita à Croácia, a presente decisão constitui um ato baseado no acervo de Schengen ou de algum modo com ele relacionado, na aceção do artigo 4.º, n.º 2, do Ato de Adesão de 2011,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

O funcionamento do Sistema de Informação sobre Vistos nas décima segunda, décima terceira, décima quarta e décima quinta regiões determinadas pela Decisão de Execução 2013/493/UE tem início a 15 de maio de 2014.

Artigo 2.º

A presente decisão entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

⁽¹⁾ JO L 176 de 10.7.1999, p. 36.

⁽²⁾ Decisão 1999/437/CE do Conselho, de 17 de maio de 1999, relativa a determinadas regras de aplicação do Acordo celebrado pelo Conselho da União Europeia com a República da Islândia e o Reino da Noruega relativo à associação dos dois Estados à execução, à aplicação e ao desenvolvimento do acervo de Schengen (JO L 176 de 10.7.1999, p. 31).

⁽³⁾ JO L 53 de 27.2.2008, p. 52.

⁽⁴⁾ Decisão 2008/146/CE do Conselho, de 28 de janeiro de 2008, respeitante à celebração, em nome da Comunidade Europeia, do Acordo entre a União Europeia, a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça relativo à associação da Confederação Suíça à execução, à aplicação e ao desenvolvimento do acervo de Schengen (JO L 53 de 27.2.2008, p. 1).

⁽⁵⁾ JO L 160 de 18.6.2011, p. 21.

⁽⁶⁾ Decisão 2011/350/UE do Conselho, de 7 de março de 2011, respeitante à celebração, em nome da União Europeia, do Protocolo entre a União Europeia, a Comunidade Europeia, a Confederação Suíça e o Principado do Liechtenstein relativo à adesão do Principado do Liechtenstein ao Acordo entre a União Europeia, a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça relativo à associação da Confederação Suíça à execução, à aplicação e ao desenvolvimento do acervo de Schengen, no que respeita à supressão dos controlos nas fronteiras internas e à circulação das pessoas (JO L 160 de 18.6.2011, p. 19).

Artigo 3.º

A presente decisão é aplicável em conformidade com os Tratados.

Feito em Bruxelas, em 7 de maio de 2014.

Pela Comissão
O Presidente
José Manuel BARROSO

ISSN 1977-0774 (edição eletrónica)
ISSN 1725-2601 (edição em papel)



Serviço das Publicações da União Europeia
2985 Luxemburgo
LUXEMBURGO

PT